Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Célia Sofia de Sousa Carvalho

Ciberstalking: Prevalência na população universitária da Universidade do Minho

Outubro de 2011

Célia Sofia de Sousa Carvalho *Ciberstalking*: Prevalência na população universitária da Universidade do Minho

UMinho | 2011

Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Célia Sofia de Sousa Carvalho

Ciberstalking: Prevalência na população universitária da Universidade do Minho

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Psicologia
Área de Especialização em Psicologia da Justiça

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Marlene Matos

Outubro de 2011

DECLARAÇÃO

Nome: Célia Sofia de Sousa Carvalho

Endereço electrónico: a47613 @alunos.uminho.pt **Telefone:** 963508406 / 938447891

Número do Bilhete de Identidade: 1318639 9

Título dissertação:

Ciberstalking: Prevalência na população universitária da Universidade do Minho

Orientador:

Professora Doutora Marlene Matos

Ano de conclusão: 2011

Designação do Mestrado ou do Ramo de Especialização:

Mestrado Integrado em Psicologia, Área de Especialização em Psicologia da Justiça

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Gostaria de dedicar este espaço para agradecer a algumas pessoas que de diferentes formas contribuíram para a concretização desta etapa.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Universidade do Minho, que desde o primeiro dia me acolheu e possibilitou esta aquisição de conhecimento e de crescimento pessoal.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer à professora Marlene Matos pela orientação dada neste projeto.

Gostaria ainda de demonstrar o meu profundo agradecimento à Vanessa Azevedo pela paciência, dedicação e disponibilidade demonstrada ao longo deste trabalho. Sem dúvida, o apoio fornecido foi essencial ao cumprimento de mais este objetivo. Obrigada.

Gostaria ainda de agradecer à Fabrícia pelo apoio e preocupação demonstrado nesta fase, e por ter sido a minha companheira de viagem durante estes anos de curso.

À minha irmã pela ajuda disponibilizada nos momentos de aflição "informática", e aos meus pais, razão principal pela qual aqui estou e sem os quais não teria chegado aqui. Pelo seu apoio e incentivo, muito obrigado.

Por fim, mas não menos importante, ao meu namorado, que mesmo não percebendo nada de Psicologia e do tema desta tese, preocupou-se simplesmente em me motivar, incentivar e apoiar em todos os momentos, bons e maus.

A realização desta dissertação foi apoiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia e da CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género no âmbito do projeto "Stalking em Portugal: prevalência, impacto e intervenção" (PIHM/VG/0090/2008).

Esta dissertação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia e da CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género no âmbito do projeto "Stalking em Portugal: prevalência, impacto e intervenção" (PIHM/VG/0090/2008).

***CIBERSTALKING:* PREVALÊNCIA NA POPULAÇÃO UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO**

Resumo

A evolução tecnológica fomentou o contacto entre pessoas e consequentemente, a intrusão. Como tal, tem-se notado o crescimento de um fenómeno análogo ao *stalking*: o *ciberstalking* que se caracteriza pela tentativa persistente de uma pessoa em assediar outra recorrendo ao uso da internet, do computador pessoal, telemóveis e outros dispositivos com ligação à internet. Para além de não existirem dados exatos sobre a prevalência do *ciberstalking* a nível internacional, em Portugal estes são totalmente desconhecidos.

Esta investigação teve como objetivo analisar até que ponto a amostra universitária inquirida foi alvo de comportamentos de assédio através de meios eletrónicos em algum momento da sua vida, e quais os métodos (e.g. enviar mensagens excessivamente afetuosas, monitorizar a atividade online) mais frequentemente utilizados nessa dinâmica. A amostra é constituída por 111 estudantes da Universidade do Minho, a frequentar o 1º e 3º anos de diferentes cursos universitários (e.g. Psicologia e Biologia Aplicada). Para este efeito foi feita a adaptação para a população portuguesa de um instrumento de Spitzberg e Hoobler (2002) intitulado *Cyber Obsessional Pursuit,* sendo que a versão portuguesa se intitula de *Escala de Avaliação de Ciberstalking.* Esta é constituída na versão final por 22 itens que avaliam a ocorrência de experiências de *ciberstalking*. Juntamente administrou-se um breve questionário sócio-demográfico, que permitiu caracterizar a amostra e conhecer os seus hábitos de uso e exposição relativamente aos meios eletrónicos.

Quanto aos resultados, 74.8% admitiu já ter sido alvo de pelo menos uma das formas de vitimação por *ciberstalking* apresentadas e, ainda, alguns participantes foram alvo de mais do que um destes atos, por vezes de forma reiterada. As ocorrências mais frequentes envolvem o assédio através de meios telefónicos e através das redes sociais. As ocorrências menos frequentes implicam a transferência do contacto do mundo digital para o mundo real, assim como técnicas de intrusão informática (e.g. tentar desativar o computador). Os resultados apontam ainda que os mais jovens relatam ter sido mais frequentemente alvo de *ciberstalking:* os alunos do 1º ano relatam ter experienciado um número maior de incidentes em comparação com alunos do 3º ano. O sexo masculino é o que relata uma maior taxa de vitimação.

Mais investigações são necessárias no sentido de promover a consciencialização da população universitária para as dinâmicas envolvidas neste fenómeno, assim como trabalhar no sentido da prevenção e intervenção nestes casos.

Palavras-chave: *ciberstalking*, vitimação, prevalência, estudantes universitários.

Abstract

The technological evolution has promoted the contact among people and consequently, intrusion. It has been noticed the growth of a phenomenon known as cyberstalking which is characterized by the persistence of a person to harass another using the internet, personal computer, cell phone or other devices with internet connection. Not only are accurate data regarding the prevalence of cyberstalking at international level not yet established, but also in Portugal they are completely unknown.

This research's objective was to analyse to what extent the inquired university sample has been the target of harassment via electronic media at any moment of their life, and which methods (e.g. to send excessively affectionate messages, to monitor online activity) were more frequently used on those dynamics. The sample is constituted by 111 students from *Universidade do Minho* attending the 1st and 3rd years from different graduate courses (e.g. Psychology and Applied Biology). For this purpose, the Spitzberg and Hoobler (2002) measure, the Cyber Obsessional Pursuit, has been adapted for the Portuguese population, the Portuguese version being entitled *Escala de Avaliação de Ciberstalking* and it is constituted on its final version by 22 items that evaluate the occurrence of cyberstalking experiences. Simultaneously, a brief social-demographic questionnaire was applied, which allowed to characterize the sample and to know its habits of use and exposure relatively to electronic media.

We found that 74.8% of the sample admits having been the target of at least one of the forms of victimization by cyberstalking presented. Furthermore, some participants were the target of more than one of these actions, sometimes repeatedly. The most frequent behaviours involved harassment via telephonic media and social networks. On the other hand, the less frequent imply the transfer of contact from the digital world to the real world as well as hacking techniques (e.g. to try to deactivate the computer). The results also point out that the younger ones reported having been more frequently the target of cyberstalking: the 1st year students reported having experienced, in total, a larger number of incidents than the 3rd year students. Men were the ones who reported a greater victimization rate.

More research is needed in order to promote the student population's awareness to the dynamics involved in this phenomenon as well as to work on prevention and intervention in these cases.

Keywords: cyberstalking, victimization, prevalence, university students.

Índice

Introdução 9

Enquadramento Teórico 10

1.1. Conceptualização sobre o fenómeno de *stalking* 10

1.2. Tipologias de *stalker* e de vítimas 12

1.3. Impacto causado na vítima 15

1.4. Conceptualização sobre o fenómeno de *ciberstalking* 16

1.4.1. Definição do conceito 16

1.4.2. Tipologias de ciberstalker 17

1.4.3. Natureza do relacionamento entre ciberstalker e vítima 18

1.5. Prevalência de *ciberstalking* na população universitária 19

Estudo empírico 21

2.1. Metodologia 22

2.1.1. Objetivos do Estudo e Hipóteses de trabalho 22

2.1.2. Participantes 22

2.1.3. Instrumento 23

2.1.4. Procedimento de recolha e análise de dados 25

Resultados 25

3.1. Resultados descritivos 26

3.1.1. Caracterização dos hábitos de uso e exposição aos meios eletrónicos 26

3.1.2. Prevalência de ciberstalking 27

3.1.3. Análise descritiva de frequências por item 28

3.2. Estatística Inferencial: Testes de diferenças 30

3.2.1. Reiteração dos atos 30

Discussão dos resultados 32

Limitações e Implicações futuras 36

Conclusão 37

Referências bibliográficas 39

Anexos ..... CD

Índice das Tabelas dos Resultados

Tabela 1 – Frequência de resposta, em percentagem, dos participantes por item e por categoria

Tabela 2 – Diferenças no total de incidentes em função da idade: Resultados do teste Kruskal-Wallis

Tabela 3 – Diferenças no total de incidentes em função do sexo: Resultado do teste Mann-Whitney

Tabela 4 – Diferenças no total de incidentes em função do estado civil: Resultado do teste Kruskal-Wallis

Tabela 5 – Diferenças no total de incidentes em função do ano de curso: Resultados do teste Mann-Whitney

Tabela 6 – Diferenças no total de incidentes em função da situação amorosa: Resultados do teste Kruskal-Wallis

Introdução

O *Stalking* é um fenómeno que tem suscitado crescente preocupação social por se apresentar como um problema de saúde pública e com implicações legais. Foi nos anos 90, aquando desta consciencialização, que se notou um maior empenho por parte dos investigadores em explorar o fenómeno, os intervenientes e suas consequências, assim como auxiliar na sua criminalização nalguns países. Apesar de somente no final do século XX esta preocupação ter despertado, este conceito diz respeito a comportamentos enraizados na sociedade desde longa data. Este despertar deveu-se em grande parte à notoriedade que o *stalking* conseguia quando se tratava de celebridades perseguidas por admiradores. O que inicialmente foi conhecido como "*star stalking*" progressivamente foi transposto para outros contextos e relações da população geral.

O autor deste tipo de comportamentos, designado na literatura como *stalker*, é alguém que persistentemente persegue outro indivíduo de modo a incutir-lhe medo (Geberth, 1992, citado em Mustaine & Tewksbury, 1999), a vítima, e que pode percecionar estes comportamentos como intimidatórios (Grangeia & Matos, 2010). Outros tipos de violência como ameaças e agressões psicológicas, físicas e/ou sexuais (Spitzberg, 2002) podem estar associadas. Segundo Pathé e Mullen (1997), *stalking* diz respeito a um conjunto de comportamentos de intrusão e comunicação, infligidos por um indivíduo sobre outro de forma repetida e indesejada. Envolve um conjunto de ações repetidas em que uma pessoa perturba a privacidade de outra, em busca de intimidade, e que podem traduzir-se em ações rotineiras (e.g., oferecer presentes, telefonar frequentemente, deixar mensagens) ou em ações de caráter ameaçador (e.g. perseguição, ameaças) (Grangeia & Matos, 2010). Este conjunto de comportamentos pode implicar um grande impacto para a vítima com a agravante que tendem a escalar em frequência e severidade (Cupach & Spitzberg, 2004). Em grande parte dos casos ocorre após a rutura de uma relação, em que uma parte procura restabelecer a relação através de contactos constantes e indesejados (Grangeia & Matos, 2010). É pelo facto de ocorrer primordialmente neste contexto que existe uma maior legitimação e permissividade face à persistência demonstrada, pois ainda que não correspondida, transmite um ideal de romantismo e paixão.

Neste trabalho pretende-se analisar um outro tipo de comportamento englobado no fenómeno de *stalking*: o *ciberstalking*. Este caracteriza-se pela tentativa persistente de uma pessoa, o *ciberstalker*, em assediar outra, a vítima, recorrendo ao uso da internet, do computador pessoal e a outros aparelhos portáteis tais como computadores portáteis, PDAs (Personal Data Assistants), telemóveis e outros aparelhos com ligação à internet (Burmester, Henry & Kermes, 2005). Este tipo de assédio através de meios eletrónicos tem despertado atenção entre os investigadores, que constataram que este fenómeno raramente acontece por si só, mas antes acompanhado de outros métodos de assédio presencial. Com esta investigação pretende-se identificar os comportamentos de *ciberstalking* de que a população universitária já foi alvo, uma população maioritariamente jovem, onde a utilização destas tecnologias é

frequente, estando assim à partida mais exposta a este tipo de vitimação. Este trabalho divide-se em duas partes essenciais: na primeira será feita uma abordagem teórica aos fenómenos de *stalking* e *ciberstalking* procurando definir os conceitos e referindo dados de prevalência na população em geral. É ainda feita uma breve abordagem às tipologias de *stalker*, de modo a melhor perceber quem é o perpetrador destas ações, assim como qual o impacto habitualmente causado na vítima. Na segunda parte, que diz respeito ao estudo empírico, é descrita a investigação conduzida, onde são apresentados os objetivos do estudo, as hipóteses de trabalho e procedimentos adotados, assim como os resultados encontrados. Por fim, será feita a discussão dos resultados encontrados à luz da literatura existente.

Enquadramento Teórico

1.1. Conceptualização sobre o fenómeno de *stalking*

O *stalking* começou por ganhar importância nos discursos sociais por ser visto como um problema que ocorria somente às celebridades, dado à grande mediatização de pessoas famosas perseguidas por fãs. Contudo, rapidamente se notou que este era também frequente no seio da população comum (Grangeia & Matos, 2010), mais concretamente, quando *stalker* e vítima tinham mantido algum tipo de relacionamento (Kamphuis & Emmelkamp, 2000). De facto, independentemente da natureza da relação entre *stalker* e vítima (parceiros íntimos, conhecidos ou estranhos), por vezes o fim da relação pode não ser encarado de ânimo leve por uma das partes, levando a tentativas persistentes de retomar a relação ou de punição pelo sofrimento causado. São estas tentativas forçadas de contacto não desejado e persistente que podemos designar de *stalking*.

A conceptualização legal deste fenómeno tem crescido desde então, tendo sido dado em 1990 na Califórnia o primeiro passo na sua criminalização, aquando da criação da primeira legislação *antistalking*. Outros países tais como Canada, Reino Unido e Austrália seguiram o exemplo e aprovaram também leis penalizadoras deste comportamento. No entanto, não existe consenso relativamente à definição legal deste fenómeno, mas somente consenso em algumas características. Podemos ter duas perspetivas na sua definição: a legal que enfatiza a criminalização da conduta, e a perspetiva centrada na vítima, importante para a compreensão das dinâmicas do fenómeno (Spitzberg, 2002). A definição legal centra-se no perpetrador, descrevendo a sua ação como um padrão de comportamentos repetidos, intencionais e indesejados pela vítima, causadores de medo e percebidos como ameaçadores, praticados por uma "pessoa razoável" (Spitzberg & Cupach, 2007). Exemplo de tal é também a definição apontada por Miller (2002) que incide sobre a conduta do *stalker* ao propor uma definição que enfatiza a intenção, a presença de ameaças e o medo causado na vítima. A grande maioria das definições apontam para a ocorrência de, pelo menos, dois ou mais atos para existir *stalking* (Grangeia & Matos, 2008b). No entanto, este não deve ser definido por um ato isolado ou um

conjunto de comportamentos vistos isoladamente, mas antes deve ser analisado como uma panóplia de atividades vistas como um todo, pois o que reveste o *stalking* do seu caráter ameaçador é precisamente a sua persistência e contexto de ocorrência (Grangeia & Matos, 2010). A definição que parece melhor caracterizar este fenómeno é a de Mullen, Pathé e Purcell (2001), que refere-se ao *stalking* como assédio persistente imposto repetidamente por uma pessoa sobre outra através de comunicações ou contactos não desejados.

Apesar da multiplicidade de definições e de discordâncias entre autores, existem alguns pontos em comum no que concerne à definição deste fenómeno, mais concretamente no que se refere ao padrão intencional e repetido de comportamentos, dirigidos a uma pessoa ou grupo de pessoas, que os percecionam como indesejados, ameaçadores e causadores de medo (Abreu, 2009). De facto, a falta de consenso na definição do conceito traz alguns problemas, tais como ao nível da comunicação entre os investigadores, clínicos, agentes da lei e população. Em grande parte, a atuação legal face ao *stalking* só começou recentemente (Melton, 2000) devido a estas diferenças na definição legal entre países. Se, por um lado, as diferentes perceções e definições podem comprometer o trabalho dos investigadores que procuram quantificar o fenómeno e intervir junto das vítimas e perpetradores (Sheridan, Blaauw & Davies, 2003), por outro lado, esta mesma indefinição pode promover a impunidade dos atos perpetrados pelo *stalker*.

No entanto, desde que se iniciaram esforços no sentido de criminalizar o *stalking*, e analisando o panorama mundial, vemos que progressos têm sido feitos em alguns países. Como tal, o *Modena Group on Stalking* (2007) conduziu uma investigação no sentido de identificar quais os países que possuíam leis específicas *antisstalking*, identificando oito países da União Europeia - Áustria, Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Malta, Holanda e Reino Unido. Apesar de em Portugal existir cada vez mais interesse nesta temática, este comportamento não foi ainda alvo de criminalização pelo sistema penal. No entanto, é possível criminalizá-lo através de ações isoladas e que por si só constituem crime no Código Penal Português, tais como: ofensas à integridade física simples ou grave (143º/144º); ameaça (153º); coação (154º); violação de domicílio ou perturbação de vida privada (190º); devassa da vida privada (192º) e gravações e fotografias ilícitas (199º). Outros comportamentos não encontram lugar no código penal português por não constituírem crime por si só, mas vistos como um todo e somando-se a outras condutas, caracterizam-se por serem intimidatórios e incómodos para a vítima. Estamos a falar de atos como telefonar, aparecer no local de trabalho ou perto de casa, enviar presentes, enviar recados, etc.

No que respeita à prevalência deste fenómeno, sabe-se que o primeiro estudo epidemiológico conduzido pelo *Australian Bureau of Statistics* (1996) encontrou uma prevalência de vitimação de 15% nas mulheres, alvo de um *stalker* masculino. No entanto, por este ter só incidido na população feminina, não refletia por inteiro a realidade da sociedade. Foi em 1998 que Tjaden e Thonnes, através

de uma investigação na população norte-americana, encontraram uma percentagem de vitimação de 8% para as mulheres e de 2% para os homens numa amostra de 16.000 cidadãos norte-americanos. Este estudo veio comprovar exatamente que o *stalking* ocorre sobretudo entre conhecidos, sendo que quando no contexto de uma relação de intimidade as mulheres são as mais vitimadas. Tal foi comprovado também por Spitzberg e Cupach (2007) que encontraram uma prevalência de 2–13% homens vítimas e de 8–32% mulheres vítimas num estudo que conduziram. Em 2006 foi conduzido o *National Crime Victimization Survey – Supplement Victimization Survey* (SVS) por Baum, Catalano, Rand e Rose (2009), a cidadãos americanos com idade superior a 18 anos, tendo estes encontrado que, nos 12 meses anteriores à investigação, cerca de 5.9 milhões de americanos foram vítimas de *stalking*. Metade (46%) destes referiam experienciar um contacto indesejado por semana, sendo que o assédio poderia durar meses ou anos (Baum, Catalano, Rand & Rose, 2009). De facto, de acordo com Purcell, Pathé e Mullen (2004), há a probabilidade de os comportamentos se manterem por um período até 6 meses, após duas semanas de duração, e ainda de se tornarem mais frequentes.

Alguns estudos foram realizados especificamente com população universitária, tendo sido encontradas elevadas taxas de prevalência entre os estudantes, superiores às da população geral. Em parte estes resultados podem dever-se ao estilo de vida dos jovens, que proporciona a exposição a espaços públicos e noturnos, o acesso à internet, consumos de álcool ou drogas, que tornam a exposição maior e consequentemente, maior o risco de vitimação (Spitzberg & Cupach, 2007). Esta é, portanto, uma população com um maior índice de vulnerabilidade face a tais experiências. Num estudo realizado por Fremouw, Westrup e Pennypacker (1997) com 318 mulheres e 275 homens estudantes dos E.U.A, concluíram que 30% das mulheres e 17% dos homens foram vítimas de *stalking* em algum momento da sua vida. Num outro estudo de Spitzberg, Nicastro e Cousins (1998) contou com 60 estudantes do sexo masculino e 93 estudante do sexo feminino. Nesta amostra, 27% identificou-se como vítima de *stalking*.

1.2. Tipologias de *stalker* e de vítimas

O *stalker* é visto como um indivíduo que mantém uma obsessão por um alvo, sendo que as investigações têm mostrado que as mulheres constituem o principal alvo, sendo que os homens mais frequentemente exibem estes comportamentos de perseguição. Meloy (1997, citado em Sheridan et al., 2003) numa revisão de vários estudos encontrou uma percentagem de 72% de *stalkers* masculinos, enquanto Spitzberg (2002), numa meta-análise de 47 estudos deparou-se com 79% de homens *stalkers* e Budd e Mattinson (2000) encontraram uma percentagem de 90%. O *stalker* tende a ser mais velho quando comparado com outros tipos de ofensores, sendo que a sua idade varia entre os 35 e 40 anos (Meloy, 1997, citado em Sheridan et al., 2003). Tende ainda a ser solteiro ou divorciado, na maioria das vezes desempregado, e com um desenvolvimento intelectual acima da média (Kamphuis, Emmelkamp, 2000; Kropp, Hart & Lyon, 2002). Alguns estudos apontam a possibilidade de haver

algum tipo de perturbação mental, sendo prevalente a perturbação de personalidade (Mullen, 1999, citado em Sheridan et al., 2003), bem como outras perturbações relacionadas com o abuso ou dependência de substâncias, distúrbio de humor e esquizofrenia (Meloy, 1999, citado em Sheridan et al., 2003). É igualmente característica deste tipo de ofensores a presença de antecedentes criminais (Nicastro et al., 2000; Sheridan et al., 2003; Baum et al., 2009). Porém, Purcell, Pathé e Mullen (2002) afirmam que não existem somente *stalkers* masculinos mas também femininos. Estas apresentam características semelhantes, exceto na elevada probabilidade de possuir antecedentes criminais e história de consumo de substâncias (Coelho & Gonçalves, 2007).

As tipologias de *stalker* tipicamente assentam na existência ou não de doença mental, na relação entre vítima e *stalker* e na motivação para o *stalking* (Mullen, Pathé e Purcell (2000). Zona, Sharma e Lane (1993, citado em Mullen, Pathé & Purcell, 2001) foram os primeiros a criar uma tipologia de *stalker*, tendo identificado três tipos de *stalker*: o erotomaníaco, o obsessivo simples e o obsessivo amoroso. O *stalker* erotomaníaco acredita ser amado pela sua vítima, apesar de não existir qualquer relação anterior com o alvo. Encontra-se mais frequentemente entre *stalkers* de figuras públicas. O tipo obsessivo amoroso é em tudo semelhante ao tipo erotomaníaco, com a diferença que a sua atenção pode ser dirigida a uma pessoa comum, e sendo perpetrado principalmente por membros do sexo masculino. O tipo obsessivo simples é encontrado frequentemente quando os alvos são ex-parceiros, vizinhos ou colegas de trabalho, pois refere-se aos *stalkers* que conhecem os seus alvos, com quem mantiveram algum tipo de relacionamento, e que pretendem uma reconciliação ou vingança.

Mullen e colaboradores (2000) avançaram também uma tipologia de *stalker*, baseando-se no contexto de ocorrência, nas motivações do *stalker*, no seu estado mental e na sua relação prévia com a vítima (Sheridan et al., 2003). Assim, identificaram cinco tipos de *stalker*: o rejeitado, o que procura intimidade (*intimacy seeker)*, o incompetente (*incompetent suitor)*, o ressentido e o predador. O *stalker* rejeitado surge após o término de uma relação, sendo que o seu alvo é um ex-parceiro íntimo, alvo da procura de reconciliação ou vingança. Este é o tipo de *stalker* que apresenta menores níveis de doença mental. O *stalker* que procura intimidade é aquele que procura estabelecer uma relação amorosa com o alvo, acreditando que o sentimento é recíproco. Os comportamentos podem prolongar-se no tempo, pois frequentemente interpretam a rejeição como sinais de esperança. É o único tipo onde o *stalker* é predominantemente do sexo feminino, e que apresenta maior incidência de perturbação mental. O *stalker* é tipicamente alguém isolado e que vê no *stalking* a possibilidade de estabelecer uma relação significativa, sendo que o seu alvo é frequentemente um conhecido ou um estranho. O *stalker* incompetente procura também estabelecer uma relação com o alvo, mas não de natureza afetiva, mas sim um contacto ocasional, uma amizade ou relação sexual. O alvo é normalmente um estranho, e perante a rejeição, o *stalker* tende a desistir e procurar um novo alvo. O *stalker* ressentido acredita ter sido injustiçado, e como tal, o que o motiva é o desejo de vingança. As suas ações são dirigidas

àqueles vistos como opressores. O *stalker* predador tem como objetivo atacar uma vítima a nível sexual, sendo que a sensação de poder e controlo é o que o motiva.

Quanto à relação entre vítima e *stalker*, um estudo de Spitzberg e Cupach (2007) encontrou dados que suportavam que metade dos casos de *stalking* surgiam no seio dos relacionamentos afetivos, ainda que frequentemente entre conhecidos, colegas de trabalho e menos frequentemente entre estranhos. De facto, aquilo que se sabe é que o *stalking* tende a ocorrer entre ex-parceiros íntimos, sendo que o término da relação por parte de um dos parceiros tende a ser visto como o momento desencadeador da vitimação. Assim, o tipo de relacionamento entre os intervenientes é um fator importante quando falamos de *stalking*, pois de facto são as vítimas de ex-parceiros que experienciam um conjunto mais variado de atos e um maior número de ameaças a si e a outros significativos, de danos materiais e de atos de violência física, inclusive por períodos de tempo mais longos. Em contrapartida, o risco de violência diminui à medida que aumenta a distância no relacionamento entre os intervenientes. De facto, o ter mantido previamente uma relação permite ter um maior conhecimento sobre a vida privada da vítima e acesso a informações delicadas que poderá usar para perturbar a vítima (Logan, Shannon, Cole & Walker, 2006).

Quanto às táticas utilizadas pelo *stalker* na sua atuação, Cupach e Spitzberg (2007) identificaram oito grupos distintos de comportamentos de assédio, designadamente: 1) hiperintimidade; 2) contactos mediados; 3) contactos de interação pessoal; 4) vigilância; 5) invasão; 6) assédio e intimidação; 7) coerção e ameaça e 8) agressão. Os comportamentos de hiperintimidade dizem respeito a atos característicos do cortejamento (e.g., demonstrações de afeto; oferta de presentes) que pelo seu caráter obsessivo são vistos como impróprios (Spitzberg & Cupach, 2003; Spitzberg & Cupach, 2007). Os contactos mediados referem-se aos contactos estabelecidos através de meios eletrónicos (e.g., mail, telemóveis, chats, entre outros), sendo esta forma de contacto atualmente designada de *ciberstalking*. Os contactos de interação pessoal envolvem um contacto direto entre vítima e *stalker* com o objetivo de estabelecer uma relação mais próxima, e podem caracterizar-se por ações como aparecer no local de trabalho ou abordá-la na rua, como podem envolver contactos mais indiretos tais como abordar pessoas próximas à vítima de modo a inserir-se no círculo de amizades. A vigilância diz respeito à tentativa sistemática de monitorizar e obter informações acerca da vítima, ocorrendo na maioria das vezes sem que a vítima tenha conhecimento. A invasão, e como o nome indica, implica uma intrusão na privacidade da vítima assim como a violação de normas legais (e.g., roubo de objetos pessoais, violação de correspondência, invasão de propriedade). O assédio e intimidação envolvem ações agressivas verbais ou não verbais tais como espalhar rumores sobre a vítima e "manchar" a sua reputação, cujo objetivo passa por perturbar a vítima. A coerção e ameaça consistem num conjunto de comportamentos que sugerem um possível dano na vítima, podendo corresponder a ameaças a si próprio, ameaças à vida da vítima ou a outros significativos (Spitzberg & Cupach, 2007). Por último, a

agressão remete-se à violência física perpetrada com o intuito de partir ou danificar objetos pessoais, causar dano físico na vítima, forçar contactos sexuais e inclusive tentar contra a sua vida (Spitzberg & Cupach, 2007). De facto o trabalho destes autores permite-nos ter uma noção correta das mais variadas formas de atuação do *stalker*. Com isso Spitzberg (2002) sugere que apesar destas categorias puderem ser mutuamente exclusivas, por outro lado pode existir um *continuum* entre comportamentos de menor gravidade e comportamentos de maior gravidade.

No que concerne as vítimas, estas tendem a ser de idade aproximada ao *stalker* (Baum et al., 2009) e maioritariamente do sexo feminino. Tal facto foi documentado numa meta-análise de 103 estudos levada a cabo por Spitzberg (2002), em que foi encontrada uma média de 75% de vítimas do sexo feminino. Pode-se dizer então que o sexo feminino constitui um fator de risco à maior probabilidade de ocorrência deste tipo de vitimação. Quanto ao estado civil, os indivíduos solteiros ou que vivem sozinhos são aqueles que se encontram em maior risco de vitimação, em contrapartida com os indivíduos casados que representam o grupo de menor risco de vitimação por *stalking* (Sheridan et al., 2003; Baum et al., 2009; Budd & Mattinson, 2000). No que respeita à idade das vítimas, Baum e colaboradores (2009) acreditam existir um aumento do risco de vitimação com a diminuição da idade. Assim, são os jovens entre os 18 e os 30 anos de idade que representam o grupo de maior risco (Hall, 1998; Tjaden & Thoennes, 1998). Mais especificamente, Budd e Mattinson (2000) concluíram que mulheres entre os 16 e os 19 anos de idade estão em maior risco de serem vítimas de *stalking* (16.8%) do que mulheres entre os 20 e os 24 anos (7.8%). Podem ser ainda pessoas com profissões que implicam grande exposição e contacto com o público (médicos, enfermeiros, professores, estudantes, políticos), o que as torna mais vulneráveis (Coelho & Gonçalves, 2007).

1.3. Impacto causado na vítima

Investigações mostram que quem é alvo de assédio persistente poderá apresentar elevados níveis de medo, ansiedade, insónia, depressão, paranoia, frustração, perturbação de stress pós-traumático e dano físico. Sheridan, Blaauw e Davies (2003) acrescentam outras consequências da vitimação, tais como nervosismo, raiva, perturbações do sono, fadiga ou fraqueza, perturbações do apetite, dores de cabeça e náuseas. Pathé e colaboradores (2001) afirmaram que as vítimas por vezes podem experienciar sentimentos de abandono, com tendência para o consumo de substâncias, podendo ainda apresentar perturbações de ansiedade e deterioração da saúde mental e física. Segundo Blaauw e colaboradores (2000, citado em Coelho & Gonçalves, 2007) nos casos mais graves podem surgir perturbações dissociativas e perturbações de personalidade. O assédio envolve também custos económicos e sociais, dado que as vítimas poderão ver-se obrigadas a mudar número de telefone, morada, trabalho, e investir em tecnologias de proteção, assim como limitar mais as suas atividades sociais (Spitzberg & Hoobler, 2002). Hall (2003, citado em Sheridan et al., 2003) afirma mesmo que em situações extremas a vítima pode afastar-se dos familiares e até mudar o seu nome e aparência. No

geral, e de acordo com Davis e Frieze (2002), as vítimas relatam um pior estado de saúde, mais provavelmente desenvolvem uma doença crónica e sofrem de depressão. Em faixas etárias mais jovens, as consequências poderão envolver declínio no rendimento escolar e absentismo, assim como depressão e ideação suicida (Purcell et al., 2009). A nível profissional podem-se assinalar também alguns efeitos, já que pode ocorrer um decréscimo na produtividade e o aumento do absentismo laboral (Coelho & Gonçalves, 2007).

Este conjunto de sintomatologia pode não ser experienciado por todas as vítimas de igual forma. Aliás, vítimas de *stalking* ligeiro podem sofrer graves danos psicopatológicos, enquanto vítimas de um *stalking* mais grave podem ser quase assintomáticas (Coelho & Gonçalves, 2007). Hall (1998) conduziu um estudo que procurou avaliar as consequências da vitimação, tendo concluído que 88% das vítimas referiam sentir-se mais cautelosas, 52% assustar-se com maior facilidade, 41% reagir com paranoia e 27% considerar-se mais agressivas. O impacto da vitimação pode então variar em função da gravidade da vitimação, mas também em função de características pessoais e das estratégias de *coping* adotadas.

1.4. Conceptualização sobre o fenómeno de *ciberstalking*

1.4.1. Definição do conceito

Os *stalkers* usam diversos meios para alcançar o seu objetivo, inclusive as diversas tecnologias disponíveis nos dias de hoje. A internet é um desses meios, e pode ser definida como um conjunto de computadores em rede que facilitam a interação humana, ocorrendo esta num único espaço, designado por ciberespaço (McGrath & Casey, 2002). Se a internet tem de positivo o facto de facilitar a comunicação entre as pessoas, tem de negativo o facto de poder ser usada como ferramenta de vigilância e intrusão (Spitzberg & Hoobler, 2002), devido ao anonimato que configura os seus utilizadores. O facto de a comunicação se processar eletronicamente, permite aos seus intervenientes assumirem características ou uma identidade que não a sua. Investigações como a de Cooper e colaboradores (2000, citado em Spitzberg e Cupach, 2007) comprovam exatamente isso, ao analisar uma amostra significativa de jovens, que admite assumir uma idade e etnia que não a sua e, em menor número, um sexo diferente. Nos últimos anos tem-se vindo a observar uma evolução tecnológica que se caracteriza principalmente pela crescente acessibilidade entre as pessoas através das tecnologias do contacto interpessoal (Spitzberg & Hoobler, 2002). Esta comunicação mediada através de meios eletrónicos pode ser descrita como interação por texto através de tecnologias digitais, tais como internet, telemóvel, e-mail, entre outros (Spitzberg, 2006).

Com o aumento da facilidade de contacto entre pessoas, consequentemente aumenta a probabilidade de ocorrer intrusão e, como tal, tem-se notado o crescimento de um fenómeno análogo ao *stalking*: o *ciberstalking* (Wykes, 2007). Este fenómeno caracteriza-se pela tentativa persistente de

uma pessoa, o *ciberstalker*, em assediar outra, a vítima, recorrendo ao uso da internet, ao uso do computador pessoal, e a outros aparelhos portáteis tais como computadores portáteis, PDAs (Personal Data Assistants), telemóveis e outros dispositivos com ligação à internet (Burmester, Henry & Kermes, 2004). Uma outra definição de Bocij's (2004, citado em Spitzberg & Cupach, 2007) descreve *ciberstalking* como um conjunto de comportamentos em que um indivíduo, um grupo de indivíduos ou uma organização utiliza as tecnologias (Internet, telemóvel) para incomodar outro indivíduo, grupo de indivíduos ou uma organização. Estes comportamentos podem incluir ameaças e falsas acusações, danos no computador e nos documentos, roubo de identidade, dados e informações, subscrição de serviços indesejados, fazer compras de bens e serviços em nome da vítima, enviar ou pôr disponível online material hostil, enviar e-mails e mensagens indesejadas repetidamente. Burmester, Henry e Kermes (2005) especificam ainda mais este tipo de assédio, referindo que pode envolver publicar comentários que causem stress na vítima ou a tornem objeto de assédio por parte de outros, enviar mensagens provocadoras ou ameaçadoras à vítima ou amigos, fazer-se passar pela vítima e publicar mentiras ou comentários ofensivos, aceder ao seu computador e contas de e-mail, mudar senhas de acesso ou bloquear o computador, inscrevê-la em sites pornográficos, segui-la em salas de chat, criar imagens de cariz sexual e expô-las, e finalmente, promover um encontro no mundo real. Uma organização preocupada com a segurança na internet, os CyberAngels (2000), sugerem que o *ciberstalking* engloba características como malícia, premeditação, repetição, sofrimento, obsessão, vingança, ameaça, assédio, sem propósito legítimo, e que persiste apesar de chamadas de atenção. Normalmente, o assédio eletrónico leva a ou acontece em conjunto com o assédio presencial, e raramente por si só (Lee, 1998). Para efeitos desta investigação adotamos a definição proposta por uma organização americana, que descreve o *ciberstalking* como "o uso da internet, email, e outros aparelhos eletrónicos de comunicação para assediar outra pessoa" (US Attorney General, 1999, p. 2).

Muitas vezes estes meios eletrónicos são usados na busca de relações afetivas, e como tal, tem-se notado uma tendência para o uso da internet como meio de estabelecer relações afetivas e de natureza sexual, sendo este meio visto como tão eficaz como a interação cara-a-cara (Spitzberg & Cupach, 2007). Devido a esta busca de afetos no meio cibernético, o *ciberstalker* pode ser considerado "um solitário emocionalmente perturbado em busca de atenção e companhia no ciberespaço, que por vezes se torna obcecado por alguém que conheceu numa sala de chat" (Deirmenjian, 1999, citado em Spitzberg & Hoobler, 2002, p.410).

1.4.2. Tipologias de ciberstalker

Quanto à sua caracterização, duas tipologias foram apontadas. Numa primeira de McFarlane e Bocij (2003, citado em Phillips & Spitzberg, 2010), apontam quatro tipos de *ciberstaker*: o vingativo (*vindictive*), o calmo (*composed*), o íntimo (*intimate*) e o coletivo (*collective*). O vingativo diz respeito ao perpetrador que comunica de modo agressivo e ameaçador, podendo perseguir o alvo não só no

mundo virtual, mas também no mundo real. O calmo dedica-se exclusivamente ao assédio através de meios eletrónicos, sendo pouco provável que passe a atuar no mundo real. O íntimo, tal como o nome sugere, procura estabelecer uma relação de intimidade com o alvo, podendo existir duas sub-categorias: o ex-íntimo, que procura restabelecer uma relação, e o apaixonado, sem relação anterior conhecida, mas que mantém uma fantasia ou obsessão em iniciar uma relação com o alvo. Por fim, o coletivo diz respeito ao assédio a uma organização ou grupo, com o intuito de a desacreditar ou punir por algum mal causado ou percebido pelo perpetrador. Uma outra tipologia foi proposta por Sheridan e Grant (2007, citado em Phillips & Spitzberg, 2010), que identificaram três tipos de *ciberstalkers*, ainda que nesta tipologia tivessem também incluído um tipo de *stalker* que atua exclusivamente em contexto real. Assim, estes autores identificam o *ciberstalker* puro (*cyberstalking-only*), que atua somente através do contacto mediado; o *ciberstalker* que se move do ciberespaço para o espaço real (*cyberspace-to-realspace*), que inicia o seu assédio no ciberespaço mas que progressivamente o transporta para o mundo real; e o *ciberstalker* que atua tanto no ciberespaço como no espaço real (*cyberspace-and-realspace*), que aplicam desde o início ambos os meios de assédio.

1.4.3. Natureza do relacionamento entre ciberstalker e vítima

No que concerne ao tipo de relação entre agressor e vítima, existem duas perspetivas distintas. A primeira defende nos casos de *ciberstalking* é menos provável haver uma relação íntima prévia entre agressor e vítima e, pelo contrário, o agressor é mais provavelmente um estranho (Phillips & Spitzberg, 2010). A segunda, e à semelhança do *stalking*, defende que aqueles que experienciaram comportamentos de *ciberstalking* mais provavelmente foram vítimas de um ex-parceiro amoroso, e menos frequentemente se encontram vítimas assediadas por estranhos (Alexy, Burgess, Baker & Smoyak, 2005). De encontro a esta evidência está o estudo de Purcell e colaboradores (2009), que revela que a maioria das vítimas conhecia o agressor (98%) e que somente 2% tinha sido assediada por um estranho. Em 24% dos casos envolvia um atual colega de escola ou ex-colega, em 23% dos casos tratava-se de um conhecido, um familiar ou colega, um ex-parceiro em 21% dos casos, um amigo distante em 15%, um vizinho em 14%. Um dado interessante deste estudo diz respeito ao assédio entre pessoas do mesmo sexo, sendo que 57% dos casos referiam-se a este tipo de assédio, constituindo-se as mulheres como o grupo que mais assedia pessoas do mesmo sexo (86%). Fisher, Cullen, e Turner (2000) constataram que cerca de 25% das vítimas de *stalking* revelavam ter sido vítimas de assédio por e-mail, no entanto, noutro estudo (Meloy et al., 2000), menos de 5% dos casos de assédio persistente revelaram este mesmo tipo de assédio. Spitzberg e Hoobler (2002) conduziram um estudo entre estudantes universitários, com uma amostra de 235 alunos, dos quais 130 eram mulheres e 102 homens. As idades variavam entre 20 e 64, sendo a média de idades 22 anos. Concluíram que um terço da amostra declarou ter sido alvo de alguma forma de perseguição por meios eletrónicos, ainda que leve. Noutro estudo realizado por D'Ovidio e Doyle (2003, citado em Alexy et al., 2005), cerca de

80% dos perpetradores eram homens com uma média de idade de 24 anos. Destes, cerca de 26% diziam respeito a jovens com menos de 16 anos. Quanto à população mais vitimada, 52% dizia respeito a mulheres, em comparação com 35% de homens. Em 92% dos casos foi usado um único meio de assédio eletrónico, sendo que o e-mail foi o método mais usado (79%). Quanto a outros meios, as mensagens foram usadas em 13% dos casos, as salas de chat em 8% e web sites em 2%. Num estudo de Purcell e colaboradores (2009), que vem de encontro aos estudos anteriormente apresentados, a maioria das vítimas eram do sexo feminino (69%) com uma média de idades de 18.8 anos. Dos métodos mais usados pelos jovens para assediar, encontraram-se as chamadas telefónicas e as mensagens escritas.

Quanto às estratégias para lidar com o assédio, as vítimas tendem a responder filtrando as chamadas telefónicas, tentando chamá-lo à razão, e implorando que pare o comportamento (Alexy et al., 2005). Num estudo de Alexy e colaboradores (2005), constataram que as vítimas em 11% dos casos não revelavam a ninguém a situação em que se encontravam, mas que em 75% dos casos contavam a amigos mais próximos e em 54% dos casos contavam a um familiar.

1.5. Prevalência de *ciberstalking* na população universitária

Apesar de não existirem dados exatos sobre a prevalência de *ciberstalking*, sabe-se que este fenómeno tem vindo a aumentar, principalmente na população juvenil (Alexy et al., 2005) no que diz respeito tanto a vítimas como a perpetradores (Finkelhor et al., 2000). Em parte, isto deve-se ao facto de cada vez mais os indivíduos privilegiarem o contacto através de meios eletrónicos, em detrimento do contacto cara-a-cara. Dados estatísticos mostram que numa amostra de 2.257 indivíduos adultos americanos, 74% são utilizadores assíduos da internet, e destes, 8% utiliza a rede social Twitter. Mais, 72% publicam informação pessoal e 19% fazem-no pelo menos uma vez por dia (The Pew Internet and American Life Project, 2010). Num outro estudo estatístico com uma amostra de 2.277 indivíduos adultos americanos, 65% admite usar as redes sociais como Facebook, MySpace ou LinkedIn (The Pew Internet and American Life Project, 2011).

Em Portugal, a utilização do computador e da internet tem vindo a crescer exponencialmente na população em geral. Dados estatísticos de 2008 mostram que 96.6% dos indivíduos com idade compreendida entre os 10 e os 15 anos utilizam o computador, 92.7% a internet, e ainda, o telemóvel é utilizado por 84.6% dos inquiridos nesta faixa etária (Instituto Nacional de Estatística, 2009). De uma forma geral, nota-se um crescimento no uso destas tecnologias de 2005 para 2008, ainda que o maior crescimento se assinale no uso da internet. Relativamente à frequência de utilização, a proporção de utilizadores diários ou quase diários destas tecnologias aumentou de 50.7% em 2005 para 67.8% em 2008 relativamente ao computador, e de 32% para 54.5% para a internet (Instituto Nacional de Estatística, 2009). Por outro lado, percentagens cada vez mais reduzidas de jovens utilizam estas

tecnologias menos de uma vez por semana: 5.4% no computador e 11% na internet (Instituto Nacional de Estatística, 2009). Quanto à finalidade da sua utilização, estas tecnologias foram utilizadas por jovens entre os 10 e 15 anos para efeitos de trabalho escolares (94.5%), ainda que em percentagem elevada referissem utilizá-las para efeitos de lazer (89.1%) (Instituto Nacional de Estatística, 2009). Numa análise por faixa etária, constata-se que a utilização de computador e internet decresce à medida que a idade aumenta, sendo que dados de 2010 mostram que 94% dos indivíduos entre os 16 e os 24 anos inquiridos são utilizadores do computador e internet (Instituto Nacional de Estatística, 2010). Quanto ao sexo dos seus utilizadores, dados do Instituto Nacional de Estatística (2010) mostram um crescimento em ambos os sexos entre 2002 e 2010, sendo que os homens utilizam tanto o computador como a internet em aproximadamente mais 10% que as mulheres. Isto é, em 2010 o computador era utilizado por 61% dos homens e por 50.1% das mulheres; a internet era utilizada por 56.2% dos homens e 46.2% das mulheres. Quando analisado o nível de escolaridade dos utilizadores destas duas tecnologias, aqueles que possuem uma formação superior revelam percentagens mais elevadas de utilização, quer no uso do computador (97%) quer no uso da internet (95.7%) (Instituto Nacional de Estatística, 2010). No que se refere à situação profissional dos inquiridos, 99.5% dos estudantes utilizam o computador e 95.3% utilizam a internet, em grande contraste com as restantes situações profissionais (e.g. empregado, desempregado, reformado) (Instituto Nacional de Estatística, 2010).

As redes sociais são o meio mais utilizado nos dias de hoje, e apesar de inicialmente terem sido desenvolvidas para um público-alvo dos 18 aos 24 anos, atualmente são utilizadas por pessoas de diversas idades. Podem ser definidas como espaços interativos e na internet onde os indivíduos têm a possibilidade de estabelecer contactos e manter relações com outros, assim como controlar a sua própria rede social (Ellison, Steinfield & Lamp, 2007, citado em Phillips & Spitzberg, 2010). As redes sociais podem ser ainda caracterizadas pelo espaço que proporcionam aos indivíduos para estabelecer contactos, e ligações a familiares, amigos e conhecidos, simplesmente através da criação de um perfil (Philips & Spitzberg, 2011). Estes espaços são considerados úteis pelos seus utilizadores no que se refere à procura de informação acerca de outra pessoa, em parte porque permitem aos seus utilizadores registar as suas atividades diárias, tal como se tratasse de um diário pessoal, este acessível a todos os contactos da sua rede (Philips & Spitzberg, 2011). Porém, tamanha acessibilidade pode trazer inconvenientes para alguns utilizadores, visto que estas redes podem ser consideradas um meio de intrusão bastante eficaz ao permitir o controlo de um alvo e a monitorização de forma coberta.

A importância das redes sociais nos relacionamentos parece crescer progressivamente, especialmente no seio da população universitária, que percebe esta como uma ferramenta de uso fácil e que permite a interação com os colegas. Estudos com universitários apontam que 88% dos alunos do 1º ano possuem contas no Facebook (Stutzman, 2005, citado em Philips & Spitzberg, 2011), e que mais de 50% acedem a esta rede pelo menos uma vez por dia (Peluchette & Karl, 2008, citado em

Philips & Spitzberg, 2011). No entanto, cerca de 33% revela já ter sido alvo de *stalking* através desta rede social (Stern & Taylor, 2007, citado em Philips & Spitzberg, 2011). Uma investigação por Spitzberg e Hoobler (2002) procurou também avaliar a prevalência de *ciberstalking* numa amostra universitária, tendo encontrado uma prevalência de 31%. Uma investigação de Fisher, Cullen e Turner (2002, citado em Kennedy & Taylor, 2010) revelou que mulheres que frequentam o ensino universitário são frequentemente vítimas de *stalking*, ocorrendo este também online, pois cerca de 90% dos estudantes revelaram aceder diariamente à internet e 10% usar este meio para conhecer novas pessoas. Um estudo conduzido por Kennedy e Taylor (2010) que envolvia uma amostra de 354 estudantes universitários, procurou analisar os comportamentos dos jovens online, assim como as medidas de proteção de privacidade aplicadas nas redes sociais, e o tipo de vitimização experienciado quer online, quer offline. Numa amostra constituída maioritariamente por mulheres (60.5%) com uma média de idade de 22 anos, os investigadores encontraram uma percentagem acima de 80% de utilizadores de redes sociais, sendo que a maioria utilizava páginas como MySpace e Facebook. Destes, um terço possuía perfis sem restrições de privacidade, onde 30% incluíam entre 21 e 100 fotografias pessoais, e 23% mais de 100 fotografias. Mais de 75% da amostra revelava no seu perfil o local de residência, de estudo ou trabalho. Quanto às relações mantidas online, cerca de 80% dos estudantes afirmava manter o contacto com amigos através deste meio, e ainda, aproximadamente 31% dos inquiridos garantia ter mantido contacto pessoal com alguém cuja relação se iniciou online. Um número relativamente reduzido de estudantes (15%) revelou ter sentido medo pela sua segurança em algum momento. Este baixo resultado deve-se em parte às estratégias de segurança empregues por estes, tais como bloquear utilizadores, alterar a informação pessoal disponível, alterar número de telefone e endereço de e-mail, e em último caso, eliminar o perfil. Kennedy e Taylor (2010) constataram que o assédio persistente e assédio sexual ocorriam mais frequentemente online, as ameaças estavam mais presentes em contexto offline. No entanto, comportamentos como agressões verbais poderiam ocorrer na mesma frequência em ambos os contextos. Este estudo permite perceber que o facto de um grande número de sujeitos utilizar frequentemente estas redes torna-os potenciais vítimas, sendo que o risco poderá aumentar mediante o tipo de medidas de segurança adotadas e a quantidade de informação pessoal disponibilizada. Como tal, a capacidade de um perpetrador em controlar e incutir medo na vítima aumenta em função da informação que consegue recolher acerca da vítima (McGrath & Casey, 2002).

Estudo empírico

Nesta secção é apresentado o estudo empírico desenvolvido, de natureza quantitativa, fazendo menção aos objetivos estabelecidos e aos aspetos metodológicos envolvidos na recolha e análise de dados.

2.1. Metodologia

2.1.1. Objetivos do Estudo e Hipóteses de trabalho

Esta investigação teve como objetivo principal avaliar a prevalência de *ciberstalking* na comunidade estudantil da Universidade do Minho, ou seja, pretendeu-se verificar até que ponto a amostra universitária inquirida foi *"alvo de comportamentos de assédio através de meios eletrónicos em algum momento da sua vida"*. Em caso de autorelato dessa experiência, explorou-se quais os métodos mais frequentemente experienciados pelos participantes. Para além destes objetivos e após a revisão da literatura, foi elaborado um conjunto de hipóteses, nomeadamente:

Hipótese 1: Espera-se que existam diferenças no total de incidentes em função da idade do participante, sendo que os mais jovens deverão relatar ter sido vítimas de *ciberstalking* com mais frequência.

Hipótese 2: Espera-se que existam diferenças no total de incidentes em função do sexo, sendo que as mulheres deverão relatar ter sido vítimas de *ciberstalking* com mais frequência.

Hipótese 3: Espera-se que existam diferenças no total de incidentes em função do estado civil, sendo que indivíduos solteiros deverão relatar ter sido vítimas de *ciberstalking* mais frequentemente.

Hipótese 4: Espera-se que existam diferenças no total de incidentes em função do ano de curso, sendo que indivíduos que se encontram no 1º ano deverão referir ter sido vítimas de *ciberstalking* mais frequentemente**.**

Hipótese 5: Espera-se que existam diferenças no total de incidentes em função da situação amorosa, isto é, entre indivíduos que se encontrem envolvidos numa relação íntima e entre indivíduos que não mantenham atualmente uma relação íntima, sendo que indivíduos que se encontrem numa relação deverão referir ter sido vítimas de *ciberstalking* mais frequentemente.

2.1.2. Participantes

Atendendo aos objetivos desta investigação, a recolha foi feita junto de estudantes da Universidade do Minho, a frequentar os cursos de Psicologia e de Biologia Aplicada no ano letivo 2010/2011. Eram elegíveis para participar no estudo os estudantes que frequentassem a Universidade do Minho e que se encontrassem no 1º ou no 3º ano. Quanto ao método de amostragem utilizado, e segundo Almeida e Freire (2003), recorreu-se a uma amostragem por grupos, dado que houve uma escolha prévia do grupo de sujeitos a quem este estudo se dirigia com a seleção intencional de alunos do 1º e 3º ano. Em termos de design, a investigação é correlacional, uma vez que avalia a relação entre variáveis (Almeida & Freire, 2003).

No total, foram distribuídos 111 questionários que foram devolvidos devidamente preenchidos na sua totalidade.

Quanto à caracterização da amostra, no que se refere à distribuição por curso, 72.1% pertenciam ao curso de Psicologia (n=80) e 27.9% ao curso de Biologia Aplicada (n=31). Quanto ao ano de curso, 74.8% (n=83) frequentava o 1º ano e 25.2% (n=28) frequentava o 3º ano. No que concerne o sexo, 87 são do sexo feminino (78.4%) e 24 do sexo masculino (21.6%). A idade dos participantes variava entre os 18 e os 44 anos, sendo a média de 20.12 anos (DP=4.21). Relativamente ao estado civil, a maioria dos participantes afirmava ser solteiro/a (93.7%, n=104). As restantes categorias do estado civil apresentaram valores pouco significativos (casado/a: n=4, 3.6%; divorciado/a: n=1, 0.9% e viúvo/a: n=2, 1.8%). No que se refere às habilitações académicas, a maioria possuía o 12º ano de escolaridade (94.6%, n=105) e apenas 3.6% (n=4) possuíam já uma licenciatura. Quanto ao nível sócio-económico, apenas se obtiveram 109 respostas válidas. Destes, 61.5% (n=67) dos participantes inseriu-se no nível médio, 26.6% (n=29) no nível médio-baixo, 9.2% (n=10) no nível médio-alto e somente 2.8% (n=3) no nível alto. Por último, relativamente à situação amorosa atual, 47.7% (n=53) dos participantes referiu "*manter atualmente uma relação*" e 43.2% (n=48) afirmou "*não manter atualmente uma relação*". Com valores menos significativos surgiram também as categorias "*mantenho relações ocasionais*" (7.2%, n=8) e "*outra situação amorosa*" (1.8%, n=2).

2.1.3. Instrumento

Para avaliar a prevalência de *ciberstalking* utilizou-se o instrumento desenvolvido por Spitzberg e Hoobler (2002), o *Cyber Obsessional Pursuit.* Este instrumento mede a frequência dos comportamentos de vitimação por *ciberstalking* experienciados pelos participantes. Estes autores conduziram três estudos piloto nos quais aplicaram três versões do instrumento, compostas por 16, 18 e 24 itens, respetivamente. No que concerne às suas características psicométricas, esta última versão foi sujeita ao teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) tendo obtido um valor de .70. De seguida foi realizada a análise fatorial, onde os autores obtiveram três subescalas: *hiperintimidade*, *transferência para a vida real* e *ameaça*. Esta versão revelou uma consistência interna com um alfa de *Cronbach* para a subescala da *hiperintimidade* de .88, para a subescala da *transferência para a vida real* de .74 e .77 para a subescala da *ameaça*. Para além da cotação de cada uma das três subescalas, pode-se utilizar uma pontuação global obtida através do somatório de todos os itens. Um valor elevado significa uma maior frequência de vitimação por *ciberstalking*.

A versão fornecida pelo autor era mais extensa e composta por 27 itens. Após obter a autorização do autor para a sua utilização, procedeu-se à tradução para português, seguida de retroversão. Posteriormente, de forma a avaliar o instrumento foi realizada uma reflexão falada junto de três estudantes. Após a introdução das alterações necessárias decorrentes deste processo, obteve-se a versão final para aplicação.

Assim, a versão portuguesa do instrumento intitula-se de *Escala de Avaliação de Ciberstalking* (cf. anexo 1) adaptada por Célia Carvalho e Marlene Matos (2010).

O instrumento é constituído por 27 itens, que avaliam a ocorrência de experiências de *ciberstalking* através de uma afirmação inicial *"Já alguém comunicou consigo ou perseguiu-a(o) de modo obsessivo e indesejável através do computador ou outros meios eletrónicos, tais como…"*seguida de uma listagem de itens como: *"enviar mensagens exageradas de afeto (e.g., expressões de afeto que implicam uma relação mais íntima do que a que possuem, etc.)", "enviar fotografias ou imagens ameaçadora (e.g., imagens de mutilação real ou implícita, sangue, desmembramento, destruição de propriedade, armas, etc.)"*. As possibilidades de resposta podiam variar numa escala de likert composta pelas seguintes categorias: *nunca*, *uma vez, duas a três vezes*, *quatro a cinco vezes* e *mais de cinco vezes*.

O instrumento foi sujeito ao teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e ao teste de esfericidade de Bartlett (TEB) previamente à realização da análise fatorial. Os critérios psicométricos para a realização da análise fatorial foram cumpridos, uma vez que os valores obtidos foram: KMO (.832) e TEB (1967.227 $p<.001$). A análise dos componentes principais extraiu quatro fatores, que explicam 69.603% da variância total. O fator 1, nomeado de *transferência para a vida real*, explica 26.261% da variância e integra os itens 6, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26 (α =.933). O fator 2, nomeado de *hiperintimidade*, explica 18.107% da variância e integra os itens 1, 2, 3, 4, 5 (α =.887). O fator 3, nomeado de *ameaça*, explica 16.708% da variância e integra os itens 7, 8, 9, 12, 15, 16, 17 (α =.857). O fator 4, nomeado de *sabotagem*, explica 8.526% da variância e integra os itens 13, 14 (α =.782). Contudo, os itens 18 ("*Colocar escutas no seu carro, casa, escritório*"), 24 ("*Conhecê-lo primeiro online e depois ameaçá-lo*") e 27 ("*Outros meios não mencionados acima*") foram eliminados por apresentarem singularidade, o que impede a realização da análise fatorial. Foram ainda retirados os itens 10 ("*Enviar fotografias ou imagens ameaçadoras*") e 11 ("*Expor informação privada sobre si aos outros*"), por apresentarem saturações abaixo de .30. A sua remoção permitiu aumentar os valores da consistência interna nas escalas em que se incluíam, assim como o valor de alpha de *Cronbach* total da escala, ou seja, a fidelidade do instrumento foi calculada pela computação do alfa de *Cronbach*, sendo que o valor obtido com 22 itens foi de .916 (cf. anexo 2).

Paralelamente, administrou-se também um breve questionário sócio-demográfico, que permitiu caracterizar a amostra e conhecer os seus hábitos de uso e exposição relativamente aos meios eletrónicos. O conjunto de questões que procurava avaliar os hábitos de uso e exposição aos meios eletrónicos baseou-se também na versão de Spitzberg e Hoobler (2002), composto por 17 itens na versão original e por 10 na versão portuguesa. Questões como *"Com que frequência procura ou coloca anúncios em sites de relacionamentos?"* com uma escala de resposta tipo likert que variava entre "*nunca*" e "*frequentemente*", e questões abertas como *"Ao longo da sua vida, quantas relações iniciou ou manteve via internet"* são exemplo dos itens que integraram este questionário.

Ambos os questionários eram de autorelato e o preenchimento demorava, em média, entre 10 a 15 minutos.

2.1.4. Procedimento de recolha e análise de dados

Depois de obtidas as necessárias autorizações institucionais para efetuar a recolha de dados, procedeu-se ao contacto com os diretores de vários cursos. Aquando da receção de resposta positiva, foram agendados os momentos de recolha. Importa referir que, contrariamente ao planeado e aos esforços encetados, a recetividade face à participação no estudo, por parte dos Diretores de Curso, foi reduzida, pelo que o questionário foi somente aplicado a duas turmas de Psicologia e a uma de Biologia Aplicada.

Procedeu-se então à administração dos questionários, em contexto de sala de aula, junto de três turmas de alunos da Universidade do Minho. A recolha de dados decorreu entre maio e junho 2011, tendo sido realizada pela investigadora.

A participação neste estudo foi voluntária, sendo o anonimato de cada participante e a confidencialidade das suas respostas totalmente garantidas no momento da entrega dos questionários. Aliás, antes do preenchimento foram explicados os objetivos do estudo, bem como as condições de participação (i.e., anonimato, confidencialidade e não obrigatoriedade de resposta). Quanto ao preenchimento do instrumento, não foi atribuído qualquer limite de tempo, solicitando-se apenas que, após o seu preenchimento, cada aluno o deixasse em cima da mesa à saída da sala. Durante o processo de recolha, foi ainda distribuído um folheto informativo acerca do fenómeno que procurava esclarecer e alertar para os indicadores de assédio eletrónico, assim como informar acerca das formas de agir e instituições capazes de prestar auxílio (cf. anexo 3).

Os dados recolhidos foram inseridos e analisados com recurso ao programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences – version 19* (SPSS 19.0). Para testar as hipóteses foram usados testes não paramétricos, uma vez que as variáveis em estudo e o total de incidentes experienciados não cumpriram os pressupostos para a realização de testes paramétricos aquando da análise exploratória dos dados. Assim, as variáveis *sexo* e *ano de curso* foram testadas recorrendo ao teste de diferenças Mann-Whitney e as variáveis *estado civil*, *situação amorosa* e *idade* foram testadas recorrendo ao teste de diferenças Kruskal-Wallis.

Resultados

De seguida serão apresentados os resultados obtidos após a análise dos dados e do teste das hipóteses previamente formuladas. Este capítulo divide-se em duas partes: uma primeira de caráter descritivo, onde irão ser apresentados os resultados relativos aos hábitos de uso das tecnologias, prevalência de vitimação encontrada na amostra e frequências de resposta a cada um dos itens. Num segundo momento serão apresentados os resultados obtidos na análise inferencial das hipóteses. Pretende-se, assim, perceber qual a frequência de vitimação por *ciberstalking* e eventual reiteração experienciada pelos participantes.

3.1. Resultados descritivos

3.1.1. Caracterização dos hábitos de uso e exposição aos meios eletrónicos

O questionário de hábitos de uso e exposição a meios eletrónicos permitiu obter uma ideia geral sobre as preferências e hábitos dos inquiridos relativamente ao uso de tecnologias.

Quando questionados acerca do número de horas que despendem, por semana, na internet para efeitos de trabalho ou estudo, reportaram desde 1 hora até a um máximo de 80 horas semanais, sendo que o número de horas mais frequentemente assinalado pelos participantes variava entre duas a seis horas semanais (58.5%). Assim, a média de horas semanais dispendidas online para efeitos de trabalho ou estudo situou-se nas 7.97 horas, com um desvio padrão de 9.21. Quando questionámos o mesmo, mas relativamente ao número de horas gastas por semana por motivos de lazer, os resultados foram semelhantes. Neste caso, o número de horas semanais gastas em atividades de lazer variava entre 1 hora a 82 horas, sendo que a média se situou nas 11.05 horas (DP=10.26) e o valor mais frequentemente assinalado correspondia a 10 horas semanais (14.4%).

De forma a avaliar o risco percecionado pelos participantes face aos perigos da exposição online, foram questionados acerca da facilidade de detetar o seu endereço eletrónico. As respostas a esta questão variaram entre as categorias "*muito fácil*" a "*muito difícil*", mas 50.5% afirmaram que detetar o seu endereço eletrónico seria "*nem fácil nem difícil*", ao contrário de 20.7% que afirmou que seria *difícil* e 17.1% que afirmou ser *fácil*. Da amostra, 8.1% afirmou que *muito facilmente* o seu endereço eletrónico seria descoberto e somente 3.6% relatou acreditar que seria *muito difícil*. A segurança eletrónica pareceu-nos ser um ponto que a maioria dos participantes não valorizava ou considerava, demonstrado pela facilidade admitida em detetar o seu endereço eletrónico.

Os participantes foram questionados, ainda, acerca dos seus hábitos de uso de salas de chat, que permitem a interação com um elevado número de pessoas em simultâneo. Procurou-se saber a frequência com que utilizavam estes espaços digitais, sendo que as respostas variaram entre as categorias "*nunca*" a "*frequentemente*". Constatou-se que a maioria (73%) *nunca* utilizava este meio de socialização, ao contrário de 14.4% que o fazia "*raramente*" e de 10.8% que o fazia "*às vezes*". Somente 0.9% admitiu usar estes espaços de socialização tanto "*muitas vezes*" como "*frequentemente*".

Ao questionar os participantes acerca da frequência de participação em jogos ou atividades que envolvessem o uso de um avatar, e recorrendo à mesma escala de resposta desde "*nunca*" a "*frequentemente*", percebemos que a maioria (84.7%) nunca participava nestas atividades. Na amostra, 11.7% admitiu fazê-lo "*raramente*", 1.8% "*às vezes*" e somente 0.9% tanto "*muitas vezes*" como "*frequentemente*".

Neste conjunto de perguntas foram colocadas questões cujo objetivo passava por perceber de que forma os participantes utilizavam as tecnologias para iniciar ou manter relações amorosas. Assim, questionou-se a frequência com que procuravam ou colocavam anúncios em sites de relacionamentos, sendo que 97.3% referiu *nunca* o fazer e somente 1.8% admitiu usar este meios "*às vezes*", e 0.9% "*raramente*". O panorama é semelhante quando questionámos a frequência com que se correspondiam com pessoas que colocam anúncios nestes sites. Mais especificamente, 94.6% referiu *nunca* o fazer, ao contrário de 3.6% que o fez "*raramente*", e de 0.9% que o fez tanto "*às vezes*" como "*muitas vezes*".

Foram questionados também acerca do número de relações que iniciaram ou mantiveram via internet ao longo da vida. A quantidade de relações que os participantes afirmaram ter iniciado ou mantido via internet variava entre nenhuma e quinze. Mais especificamente, constatou-se que 81.7% nunca iniciou ou manteve relações online, ao contrário de 9.2% que admitiu ter estabelecido uma relação, 3.7% três relações, 1.8% duas e quatro relações e 0.9% quer cinco, quer quinze relações. De seguida foi elaborada uma questão aberta que procurava saber quantos amigos os sujeitos da amostra acompanhavam via internet. Como tal, as respostas obtidas foram bastante dispersas, desde 44.2% da amostra que afirmou não acompanhar nenhum amigo via internet até 1% que indicou acompanhar 538 amigos. Destacam-se os 7.7% que admitiam acompanhar dois amigos, 5.8% que acompanhavam quer três, quer dez e quer vinte amigos.

Finalmente, foi explorada qual a modalidade (computador, telefone, interação cara-a-cara) em que os participantes se sentiam mais confortáveis em situações de trabalho e de socialização. Assim, em contexto de trabalho, 57.1% dos inquiridos preferia a interação cara-a-cara e 41.8% preferia o uso do computador. Somente 1.1% selecionou o telefone como meio de trabalho. Quanto aos resultados encontrados no que se refere à socialização, a tendência segue a questão anterior, apesar de nesta questão a escolha ser ainda mais marcada. Isto é, 97.7% dos inquiridos privilegiam a interação cara-a-cara quando procuram socializar. A socialização por computador ou telefone foi escolhida somente por 1.2% dos participantes.

3.1.2. Prevalência de ciberstalking

De forma a avaliar a prevalência de *ciberstalking* na amostra analisada, e de acordo com o critério de vitimação utilizado por Spitzberg e Hoobler (2002), considerou-se para efeitos desta análise todos aqueles que tivessem assinalado pelo menos um comportamento de *ciberstalking*. Assim, do conjunto de 22 comportamentos que constituíam o instrumento de avaliação, foram assinalados no mínimo 1 comportamento até a um máximo de 22. A média de comportamentos assinalados foi de 4.06, com um desvio padrão de 4.16. É de salientar que 74.8% da amostra relata ter sido alvo de pelo menos um destes atos.

3.1.3. Análise descritiva de frequências por item

Tabela 1

Frequência de resposta, em percentagem, dos participantes por item e por categoria

Item	Frequência				
	Nunca (%)	**Uma vez (%)**	**Duas a três vezes (%)**	**Quatro a cinco vezes (%)**	**Mais de cinco vezes (%)**
Enviar objetos de afeto	54.1	**16.2**	**16.2**	**3.6**	**9.9**
Enviar mensagens exageradas de afeto	47.7	**23.4**	**15.3**	**8.1**	**5.4**
Enviar mensagens excessivamente reveladoras	66.7	**16.2**	**10.8**	**3.6**	**2.7**
Enviar mensagens excessivamente carentes ou exigentes	49.1	**17.3**	**17.3**	**7.3**	**9.1**
Constantemente a monitorizar, marcar ou enviar presentes para a sua rede social	66.7	**10.8**	**15.3**	4.5	2.7
Assediar o seu avatar num grupo cibernético	98.2	-	0.9	-	0.9
Enviar imagens ou mensagens pornográficas/obscenas	91	3.6	1.8	1.8	1.8
Enviar mensagens escritas ameaçadoras	86.5	7.2	3.6	2.7	-
Enviar mensagens de assédio sexual	87.4	6.3	4.5	1.8	-
Fingir ser alguém que não é	70.3	**16.2**	**9**	2.7	1.8
Sabotar a sua reputação	73.9	**12.6**	**12.6**	-	0.9
Sabotar a sua reputação o trabalho/escola	83.8	10.8	4.5	0.9	-
Tentar desativar o seu computador	88.3	3.6	6.3	0.9	0.9
Obter informação privada sem permissão	86.5	7.2	2.7	2.7	0.9
Usar o seu computador para obter informações sobre outros	90.1	5.4	1.8	2.7	-
Modificar a sua identidade eletrónica	90.1	8.1	0.9	-	0.9
Apoderar-se da sua identidade eletrónica	88.3	9.9	-	-	1.8
Dirigir outros para si de formas ameaçadoras	92.8	5.4	0.9	-	0.9
Conhecê-lo(a) primeiro on-line e depois segui-lo(a)	93.7	4.5	0.9	-	0.9
Conhecê-lo(a) primeiro on-line e depois intrometer-se na sua vida	91.9	3.6	2.7	0.9	0.9
Conhecê-lo(a) primeiro on-line e feri-lo(a)	99.1	-	-	-	0.9
Conhecê-lo(a) primeiro on-line e	97.3	0.9	0.9	-	0.9

depois persegui-lo(a)					

Nota: - = não há qualquer relato nesta categoria

Analisando a tabela 1, é evidente que, de um modo global, a maioria dos inquiridos revelou nunca ter experienciado este conjunto de comportamentos de assédio eletrónico.

Apesar de tudo, o item "*enviar mensagens exageradas de afeto*" foi aquele que obteve uma maior taxa de prevalência na amostra (52.2%), e implica a adoção por parte do *stalker* de um discurso para com a vítima demasiado íntimo para a relação que mantêm. Mais concretamente, 23.4% da amostra admitiu ter sido alvo deste tipo de assédio pelo menos "*uma vez*", 15.3% foi alvo entre "*duas a três vezes*", 8.1% "*quatro a cinco*", e 5.4% "*mais de cinco vezes*". De seguida, aquele que arrecadou maior prevalência foi o item "*enviar mensagens excessivamente carentes ou exigentes*", que envolvem a pressão por parte do *stalker* em obter um encontro pessoalmente ou em aceder numa relação íntima. Neste item identificámos que 51% da amostra foi alvo deste tipo de atenção indesejada através de meios eletrónicos. Mais detalhadamente, encontrámos uma percentagem de 17.3% tanto na categoria "*uma vez*", como na categoria "*duas a três vezes*". Além disso, 9.9% "*mais de cinco vezes*" e 7.3% foi alvo entre "*quatro a cinco vezes*". Em seguida encontrámos o item "*enviar objetos de afeto*", que implica por parte do *stalker* o envio de músicas, declarações de amor ou presentes à vítima, em que uma percentagem considerável da amostra (45.9%) admitiu ter sido alvo deste tipo de assédio eletrónico. Da amostra inquirida, 16.2% admitiu ter sido vítima deste comportamento "*uma vez*", e outros 16.2% revelam tê-lo sido "*duas a três vezes*". Já 9.9% admitem ter sido vítimas deste comportamento "*mais de cinco vezes*", e 3.6% entre "*quatro a cinco vezes*". Com uma igual prevalência encontramos os itens "*enviar mensagens excessivamente reveladoras*" e "*constantemente a monitorizar, marcar ou enviar presentes para a sua rede social*", que foram experienciados por 33.3% da amostra. Em ambos os casos, mais de metade deste valor (27% e 26.1% respetivamente) diz respeito à ocorrência deste comportamento tanto *uma vez* como *duas a três vezes*, sendo que no item "*enviar mensagens excessivamente reveladoras*" 16.2% foi alvo *uma vez*, e 10.8% *duas a três vezes*. No item "*constantemente a monitorizar, marcar ou enviar presentes para a sua rede social*", 15.3% admite ter sido alvo *duas a três vezes* e 10.8% *uma vez*. Em menor quantidade (6.3% e 7.2% respetivamente) encontra-se a sua repetição por *quatro a cinco vezes* ou *mais*. Não menos importante temos os itens "*fingir ser alguém que não é*" e "*sabotar a sua reputação*", com uma taxa de resposta de 29.7% e 26.1% respetivamente, e que se referem a comportamentos de ocultação de identidade e de difamação.

Por outro lado, os comportamentos menos assinalados pelos participantes dizem respeito aos itens "*conhecê-lo(a) primeiro on-line e depois persegui-lo(a)*" e "*conhecê-lo(a) primeiro on-line e feri-lo(a)*", que envolvem a passagem do assédio do mundo eletrónico para o mundo real. Estes obtiveram uma taxa de resposta de 2.7% e de 0.9% respetivamente.

3.2. Estatística Inferencial: Testes de diferenças

3.2.1. Reiteração dos atos

Hipótese 1: Espera-se que existam diferenças no total de incidentes em função da idade do participante, sendo que os mais jovens deverão relatar ter sido vítimas com mais frequência.

Existem diferenças significativas ao nível do total de incidentes em função da idade do participante ($H(2) = 7.94, p=.01$) (cf. tabela 2).

Tabela 2

Diferenças no total de incidentes em função da idade: Resultados do teste Kruskal-Wallis

	Idade (18/19) (n=70) Ordem média	**Idade (20/21/22) (n=32) Ordem média**	**Idade (>=23) (n=8) Ordem média**	*H*
Total de incidentes	60.09	42.55	67.19	**7.94****

Nota
$^{+}$p<.10 *p<.05 **p<.01 ***p<.001

Testes Mann-Whitney com correção de *Bonferroni* revelaram que participantes com idades entre os 18 e 19 anos revelaram ter sido vítimas mais frequentemente do que aqueles com idades entre os 20 e os 22 (Z= - 2.67, p=.008). Analisando o resultado dos restantes grupos, foram encontradas diferenças marginalmente significativas entre o grupo dos 20 aos 22 anos em comparação com o grupo de mais de 23 anos (Z= -1.64, p=.10). Por outro lado, não foram encontradas diferenças entre o grupo de participantes com idades compreendidas entre 18 e 19 e o grupo de mais de 23 anos (Z= - .762, n.s.).

Hipótese 2: Espera-se que existam diferenças no total de incidentes em função do sexo, sendo que as mulheres deverão relatar ter sido vítimas com mais frequência.

Existem diferenças marginalmente significativas entre homens e mulheres em função do total de incidentes (Z= -1.83, p=.06), sendo que os homens tendem a relatar ter experienciado mais comportamentos do que as mulheres (cf. Tabela 3).

Tabela 3

Diferenças no total de incidentes em função do sexo: Resultado do teste Mann-Whitney

	Feminino (n=87) Ordem média	**Masculino (n=24) Ordem média**	**Z**
Total de incidentes	53.08	66.58	- 1.83^{+}

Nota
$^{+}$p<.10 *p<.05 **p<.01 ***p<.001

Hipótese 3: Espera-se que existam diferenças no total de incidentes em função do estado civil, sendo que indivíduos solteiros deverão relatar ter sido vítimas mais frequentemente.

Não existem diferenças ao nível do total de incidentes em função do estado civil dos participantes (H (3) = .115, n.s.) (cf. Tabela 4).

Tabela 4

Diferenças no total de incidentes em função do estado civil: Resultado do teste Kruskal-Wallis

	Solteiro (n=104) Ordem média	**Casado (n=4) Ordem média**	**Divorciado (n=1) Ordem média**	**Viúvo (n=2) Ordem média**	H
Total de incidentes	55.88	57.38	50.50	62.25	.115

Nota
†p<.10 *p<.05 **p<.01 ***p<.001

Hipótese 4: Espera-se que existam diferenças no total de incidentes em função do ano de curso, sendo que indivíduos que se encontram no 1º ano deverão referir mais comportamentos de *ciberstalking*.

Existem diferenças significativas entre participantes do 1º e 3º ano em função do total de incidentes (Z= -2.48, p=.01), sendo que alunos do 1º ano tendem a relatar ter experienciado mais comportamentos de *ciberstalking* do que alunos do 3º ano (cf. Tabela 5).

Tabela 5

Diferenças no total de incidentes em função do ano de curso: Resultados do teste Mann-Whitney

	1º ano (n=83) Ordem média	**3º ano (n=28) Ordem média**	**Z**
Total de incidentes	60,36	43,07	**- 2.48****

Nota
†p<.10 *p<.05 **p<.01 ***p<.001

Hipótese 5: Espera-se que existam diferenças no total de incidentes entre indivíduos que se encontrem envolvidos numa relação íntima e entre indivíduos que não mantenham atualmente uma relação íntima.

Não existem diferenças ao nível do total de incidentes em função da situação amorosa atual (H (2) = 3.73, n.s.) (cf. Tabela 6).

Tabela 6

Diferenças no total de incidentes em função da situação amorosa: Resultados do teste Kruskal-Wallis

	Não mantenho atualmente uma relação (n=48) Ordem média	Mantenho atualmente uma relação (n=53) Ordem média	Mantenho relações ocasionais (n=8) Ordem média	*H*
Total de incidentes	57.72	50.12	71.00	3.73

Nota
†p<.10 *p<.05 **p<.01 ***p<.001

Discussão dos resultados

A evolução tecnológica que a sociedade tem vivido trouxe consigo a modificação dos hábitos nas pessoas, tanto a nível laboral como a nível social. A evolução tecnológica permitiu, por um lado, o aproximar da sociedade e do mundo mas, por outro, estabeleceu-se como um contexto de ocorrência de crime.

Os resultados obtidos permitem-nos conhecer o panorama da vitimação por *ciberstalking* na amostra universitária analisada. Primeiramente, é importante analisar os hábitos que as pessoas adotam quando falamos no uso de tecnologias, de forma a melhor compreender os resultados encontrados. Assim, e fazendo uma análise dos hábitos de uso das tecnologias da amostra em estudo, percebemos que estes tendem a despender mais horas semanalmente na internet por motivos de lazer do que por motivos de trabalho, o que mostra que este meio é muito usado, e porventura, cada vez mais usado como ferramenta de socialização. De facto, tal poderá acontecer devido à existência de espaços virtuais que permitem a formação de novas relações ou o contacto regular com amigos e conhecidos, assim como permitem criar novos grupos sociais baseados em interesses comuns, por oposição aos grupos que tradicionalmente se criavam pela proximidade geográfica (Ellison, Steinfield & Lampe, 2007).

No entanto, o uso de salas de chat como meio de socialização revelou-se reduzido, o que pode mostrar uma mudança nos hábitos de socialização ou uma maior exigência de contacto físico, pois investigações têm mostrado que os utilizadores de salas de chat procuram cada vez mais não só a comunicação por texto, mas também por voz e por vídeo (Williams, 2009). Esta mudança pode também ser devida à crescente atração pelas redes sociais que captam cada vez mais pessoas, como mostra um estudo do *The Pew Internet and American Life Project* (2011) ao afirmar que desde 2008 o

número de utilizadores das redes sociais praticamente duplicou. Estas redes têm despertado o interesse por permitirem acompanhar a vida pessoal de muitas pessoas num único espaço. Contudo, apenas parte da amostra analisada admitiu acompanhar um número considerável de amigos através da internet.

Quando falamos em procurar e manter uma relação amorosa, e segundo Spitzberg e Hoobler (2002), cada vez mais as pessoas recorrem à internet em busca de romance, através dos sites especificamente direcionados à procura de relações afetivas. No entanto, e ao contrário do que seria esperado, a grande maioria da amostra afirmou não colocar nem responder a anúncios em sites de relacionamentos. Um outro resultado obtido e que vai de encontro a esta tendência diz respeito ao facto de a grande maioria da amostra revelar não iniciar nem manter relações pessoais via internet. Estes resultados podem ser explicados possivelmente pela preferência esmagadora da interação cara-a-cara na socialização em detrimento do contacto via computador ou telefone, também demonstrada pela amostra em estudo.

Todos estes benefícios aparentes das redes sociais e da internet em geral na aproximação das pessoas e na criação de novas ligações, são muitas vezes percebidos como superiores aos perigos inerentes à sua utilização. As medidas de segurança são frequentemente esquecidas pelos seus utilizadores, mas os perigos são constantes. Um *stalker* motivado facilmente encontra dados pessoais e contactos do seu alvo caso este não adote medidas de segurança online. Observando os resultados da amostra em estudo, constata-se que percentagens semelhantes de participantes referem que seria tanto fácil como difícil encontrar o seu endereço de e-mail, o que mostra que a preocupação com a segurança eletrónica não é uma constante neste tipo de população juvenil. Somente uma percentagem reduzida (3.6%) acredita que seria muito difícil encontrar esta informação online. De facto, uma investigação de Kennedy e Taylor (2010) que analisou uma amostra jovem encontrou dados que vão de encontro a este resultado. Estes investigadores mostram que os utilizadores das redes sociais revelam sentir medo pela sua segurança pouco frequentemente (15.1%) e admitem que o facto de os utilizadores adotarem medidas de proteção após serem alvo de algum tipo de contacto indesejado funciona como atenuante do medo. Estas medidas de proteção podem passar por bloquear utilizadores, mudar as informações disponibilizadas nestes locais, cancelar contas, mudar de endereço de e-mail ou de número de telefone. Uma outra investigação de Gibbs, Ellison e Lai (2011) refere que aqueles que demonstram uma maior preocupação com a sua segurança online e com a sua privacidade, atuam mais frequentemente no sentido de averiguar se as pessoas com quem interagem através deste meio não representam um perigo a nível pessoal e laboral. Assim, iniciam uma busca de informação pessoal de forma a se certificarem que essa pessoa é realmente quem diz ser.

No que respeita à prevalência de vitimação por *ciberstalking* aqui encontrada, constata-se que 74.8% admitiu ter sido alvo de pelo menos uma das formas de vitimação por *ciberstalking*

apresentadas, o que é uma percentagem muito elevada. Quando comparados com os resultados obtidos por Spitzberg e Hoobler (2002), aproximadamente um terço da amostra analisada indicou ter sido alvo de alguma destas formas de assédio eletrónico. Para além disto, ao analisar estes dados podemos comprovar que alguns participantes foram alvo de mais do que um destes atos e, por vezes, de forma reiterada. De uma forma geral, podemos constatar que alguns comportamentos são mais frequentes que outros: por um lado, os mais frequentes envolvem o assédio através de meios telefónicos e através de redes sociais; por outro, os menos frequentes implicam a transferência do mundo digital para o mundo real assim como técnicas de intrusão informática. Podemos tentar analisar estes dados à luz da Teoria do Estilo de Vida e das Atividades Rotineiras, que baseia a vitimação em quatro fatores: a existência de proximidade entre um alvo e um ofensor motivado, a exposição a um ambiente de elevado risco de vitimação, a existência de um alvo atrativo e sob baixa proteção (Finkelhor & Asdigian, 1996). Estes fatores podem ser transpostos para o mundo digital visto que a internet pode constituir um espaço de risco de vitimação, onde a vida de um grande número de pessoas se entrelaça, aumentando a possibilidade de um ofensor motivado encontrar um alvo que seja atrativo e com baixa proteção e agir, muitas vezes, sem que este perceba. Esta teoria sustenta que quanto mais uma pessoa se expõe, maior o risco de sofrer algum tipo de vitimação. Ou seja, seria de esperar que uma pessoa que expusesse uma maior quantidade de informação pessoal, contactos, fotografias, e que adotasse poucas medidas de segurança, fosse um alvo mais fácil e, consequentemente, mais vulnerável e mais vitimizada. A vantagem deste contexto é que permite ao *stalker* atuar num contexto onde a barreira geográfica não existe, criando um raio de ação ilimitado.

Os dados de prevalência de *ciberstalking* foram comparados com algumas variáveis sócio-demográficas tais como a idade, sexo, estado civil, ano de curso e situação amorosa. Quanto à idade, esta é referida por vários investigadores como tendo um papel importante na prevalência de vitimação, sendo que os mais jovens são mais frequentemente vítimas de *ciberstalking*, tal como referiu Reyns (2010), ao especificar que os menores de 21 anos eram mais vitimados em comparação com jovens de mais de 21 anos. Dados estatísticos de uma organização contra o assédio online revelam que 41% das vítimas tinham idades compreendidas entre os 18 e 30 anos (Working to Halt Online Abuse, 2010). Tal diferença foi também encontrada na amostra estudada, onde se verificou uma diferença significativa no total de incidentes em função da idade, sendo que uma maior prevalência de vitimação estava presente em jovens com idades de 18 e 19 em comparação com jovens dos 20 aos 22 anos de idade. Este resultado deve-se em parte ao facto de os mais jovens constituírem a população que mais usa a internet e as redes sociais (The Pew Internet and American Life Project, 2011), o que as torna mais vulneráveis a possíveis contactos indesejados. Esta maior exposição e contacto, aliada à possível inexperiência e baixa preocupação com a segurança eletrónica, podem ser fatores que contribuam para a maior vitimação.

Quanto ao sexo da vítima, de facto o esperado seria que as mulheres relatassem ter sido vítimas mais frequentemente que os homens, mas o que se encontrou na amostra foi exatamente o oposto, ainda que com diferenças marginalmente significativas, sendo que os homens relataram ter vivenciado mais frequentemente este tipo de vitimação. Este resultado deve ser analisado com precaução, pois sendo estas diferenças marginalmente significativas, os resultados poderiam ser diferentes com uma amostra mais ampla. No entanto, diversas investigações que abordam este tema, tais como o estudo levado a cabo pela polícia de Nova Iorque que analisou os dados relativos a este crime entre 1996 e 2000, referem que as vítimas são maioritariamente mulheres, ainda que os homens apresentem uma taxa de vitimação de 35% (Alexy et al., 2005). Adicionalmente, uma organização contra o assédio eletrónico como a *Working to Halt Online Abuse*, na sua estatística de 2010, encontrou uma percentagem de vitimação masculina de 27% face a uma taxa de vitimação feminina de 73% (Working to Halt Online Abuse, 2010).

Quanto ao estado civil dos participantes, seria de esperar que os solteiros relatassem ter sido vítimas mais frequentemente. No entanto, não se verificaram diferenças no total de incidentes em função do estado civil. De acordo com os dados da organização *Working to Halt Online Abuse* (2010), 45.5% dos indivíduos que foram alvo de *ciberstalking* eram de facto solteiros. O facto deste resultado não ter sido encontrado na amostra analisada pode advir do facto de a amostra em estudo ser muito homogénea a este nível, ou seja, é constituída somente por estudantes universitários, que são na sua maioria solteiros. Somente alguns elementos são casados, não sendo possível, por isso, averiguar com exatidão estas diferenças.

No que respeita ao ano de curso, foram analisados alunos do 1º e 3º ano, sendo que era esperado que alunos do 1º ano relatassem ter sido alvo de *ciberstalking* mais frequentemente que alunos do 3º ano, e tal verificou-se. A entrada no ensino universitário representa para os novos alunos uma grande mudança de ambiente mas, principalmente, a possibilidade de estabelecer relações com um grande número de pessoas, de características e proveniência diferentes. Em contextos como o universitário, o fator social é bastante valorizado em termos de popularidade e, de facto, a quantidade de amigos que uma pessoa possui na sua página numa qualquer rede social é um meio de "medir" a popularidade dessa mesma pessoa (Phillips & Spitzberg, 2010). Os alunos do 1º ano sentem essa pressão dos pares, e como prova disso, uma investigação de Phillips e Spitzberg (2010) mostrou que no primeiro dia de aulas, 80% dos alunos criou uma conta no Facebook. A menor maturidade nestes alunos e o desconhecimento dos perigos associados ao uso da internet promovem a maior exposição o que, consequentemente, podem ser fatores que contribuam para uma maior vitimação.

A situação amorosa foi o último fator analisado, sendo que era esperado que aqueles que estivessem envolvidos numa relação ou mantivessem relações ocasionais relatassem ter vivenciado mais comportamentos de *ciberstalking*. No entanto, não foram encontradas diferenças ao nível do total

de incidentes em função da situação amorosa. De facto, existe alguma divergência de opiniões em relação a este ponto, sendo que alguns investigadores como Phillips e Spitzberg (2010) acreditam que nos casos de *ciberstalking* é mais provável não haver uma relação íntima prévia entre agressor e vítima, sendo que normalmente este é um estranho. Por outro lado, Alexy e colaboradores (2005) defendem que a vítima normalmente mantém ou já manteve uma relação próxima com o *stalker*. Recorrendo novamente aos dados estatísticos do *Working to Halt Online Abuse* (2010), estes também encontraram que, em 53% dos casos, não existia uma relação prévia com o *stalker*, ao contrário de 47% que afirmou ter mantido algum tipo de relação prévia, sendo que destes 55% tinha sido assediado por um ex-parceiro amoroso. Assim, apesar de as diferenças obtidas entre a existência ou não de relação afetiva serem reduzidas e, por existirem estas duas vertentes da vitimação e ainda pelo facto dos resultados obtidos nesta amostra não serem representativos, não podemos retirar conclusões definitivas acerca deste ponto.

Sendo esta a primeira investigação realizada em contexto português nesta temática, os resultados são bastante importantes para conhecer a dimensão do fenómeno e fomentar investigações futuras. No entanto, algumas limitações foram encontradas.

Limitações e Implicações futuras

É importante ter em conta algumas possíveis limitações do estudo para que estas possam ser colmatas em investigações futuras. Em primeiro lugar, a dimensão da amostra, por ser reduzida e não representativa da população alvo, não permite a generalização dos resultados. O objetivo inicial consistia em analisar a prevalência de *ciberstalking* numa amostra maior e representativa, mas tal não foi possível devido à baixa taxa de colaboração obtida por parte dos diretores de curso contactados.

Em segundo lugar, o facto de o tema escolhido só ter recentemente despertado a curiosidade dos investigadores apresenta-se como uma limitação, devido ao facto da literatura existente ser ainda reduzida, sendo difícil encontrar dados que possam servir de comparação com a amostra aqui em estudo. A informação relativa ao *ciberstalking* é ainda maioritariamente encontrada em estudos sobre *stalking*, sendo que só recentemente se iniciou a pesquisa aprofundada deste tema por si só (e não como um método de *stalking*).

Uma outra limitação prende-se com o facto de ter sido usado um único instrumento neste estudo, sendo que poderia ter sido útil incluir outros instrumentos de medida que avaliassem o impacto da vitimação experienciado ou as estratégias de *coping* adotadas. Isto possibilitaria seguir uma nova linha de investigação que permitiria avaliar diferenças ao nível da sintomatologia e estratégias de *coping* entre vítimas e não vítimas de *ciberstalking*.

De uma forma geral, e apesar de este estudo constituir o primeiro passo na exploração do fenómeno de assédio eletrónico *ciberstalking*, é ainda necessária investigação adicional no sentido de verificar não só o impacto e estratégias de *coping*, mas também sobre quais os fatores de risco e as formas de proteção individual mais eficazes, no sentido de contribuir para a prevenção.

Conclusão

O *stalking* representa um problema social e legal já reconhecido por alguns países no panorama internacional. No entanto, em Portugal somente nos últimos dois anos se iniciaram estudos nesta temática, na tentativa de conhecer a dimensão do fenómeno na população portuguesa. Contudo, vários investigadores têm-se debruçado sobre este tema, contribuindo com vários desenvolvimentos. Sendo o presente estudo um dos primeiros a nível nacional em torno do *ciberstalking*, este constitui-se como uma importante fonte de informação, assim como um incentivo para investigações futuras acerca do tema. Pretende-se que este incentive, também, a sua definição e futura legislação em Portugal.

Pelos resultados obtidos conclui-se que, apesar de este fenómeno não ser ainda estudado e amplamente divulgado pela população geral, os participantes deste estudo afirmam ter sido alvo de uma multiplicidade de comportamentos de assédio eletrónico, por vezes de forma reiterada. Apesar de esta amostra não ser representativa e não ser possível generalizar os resultados à população, estes devem ser tidos em conta pois mostram-nos a ocorrência deste tipo de assédio. Sendo a vitimação através de meios eletrónicos totalmente desconhecida em contexto português, pareceu-nos essencial conhecer também quais os hábitos de uso das tecnologias da amostra universitária em estudo. Esta análise permitiu-nos compreender de que forma é que estes socializam e trabalham, assim como perceber quais as suas preferências. De facto, notamos que, de uma forma geral, a maioria despende um número significativo de horas na internet para efeitos de socialização e trabalho e, em grande parte, esta maior exposição e menor preocupação com os perigos associados pode promover a vitimação encontrada.

Seria importante a realização de mais investigações na área, com o intuito de obter dados mais abrangentes e conclusivos. Além disso, os resultados obtidos apontam para a necessidade da realização de ações de informação/sensibilização sobre ao tema dirigidas a toda a comunidade, no sentido de alertar consciências para este problema social, informar acerca das especificidades do fenómeno, assim como divulgar estratégias de prevenção com o objetivo de prevenir ocorrências futuras.

Em suma, sendo este um primeiro estudo nesta temática, deixamos em aberto algumas possibilidades de continuação da investigação. Este trabalho pode ser considerado um ponto de partida para outros que poderão contribuir tanto para a prevenção como para a intervenção direta com vítimas e ofensores. Seria interessante explorar o *ciberstalking* numa amostra mais alargada, procurando avaliar o impacto causado por este assédio, assim como as estratégias de *coping* empregues pelas vítimas. Pois somente com o conhecimento profundo de um fenómeno é possível consciencializar a população para o seu impacto a nível pessoal e social, assim como trabalhar no sentido da sua criminalização.

Referências bibliográficas

Abreu, M. (2009). Stalking: Perceções dos Profissionais da Guarda Nacional Republicana. Tese de mestrado não publicada. Universidade do Minho. Braga. Portugal.

Alexy, E., Burgess, A., Baker, T. & Smoyak, S. (2005). Perceptions of Cyberstalking Among College Students. *Brief Treatment and Crisis Intervention, 5,* 279-289.

Almeida, L. & Freire, T. (2003). Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação. Braga: Psiquilibrios.

Australian Bureau of Statistics (1996). *Women's safety, Australia*. Canberra, Commonwealth of Australia: Australian Bureau of Statistics.

Baum, K., Catalano, S. & Rand, M. & Rose, K. (2009). *Stalking Victimization in the United States – National Crime Victimization Survey.* Washington, DC: Bureau of Justice Statistics Special Report.

Budd, T., & Mattinson, J. (2000). *The extent and nature of stalking: Findings from the1998 British Crime Survey*. London: Home Office.

Burmester, M., Henry, P. & Kermes, L. (2005). Tracking Cyberstalkers: a cryptographic approach. *Computer & Society Magazine, 35, 1-12.*

Coelho, C. & Gonçalves, R. (2007). Stalking: Uma outra dimensão da violência conjugal. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal, 17,* 269-301.

Cupach, W., & Spitzberg, B. (2004). *The Dark side of relationship pursuit: From attraction to obsession and stalking*. New Jersey & London: Lawrence Erlbaum Associates.

CyberAngels (2000). 'Cyberstalking: Defining the Problem'. Consultado online: http://www.cyberangels.org/stalking/defining.html em 10/12/2010.

Davis, K., & Frieze, I. (2002). Research on stalking: What do we know and where do we go? In K. Davis, I. Frieze, & R. Maiuro (Eds.). *Stalking: Perspetives on victims and perpetrators* (pp. 353-375). New York: Springer Publishing Company.

Ellison, N., Steinfield, C. & Lampe, C. (2007). The Benefits of Facebook "Friends": Social Capital and College Students' Use of Online Social Network Sites. *Journal of Computer-Mediated Communication, 12*, 1143–1168.

Finkelhor, D. & Asdigian, N. (1996). Risk Factors for Youth Victimization: Beyond a Lifestyle/Routine Activities Theory Approach. *Violence and Victims, 11, 1*, 3-19.

Finkelhor, D., Mitchell, K. & Wolak, J. (2000). *Online Victimization: A Report on the Nation's Youth Report*. National Center for Missing & Exploited Children.

Fisher, B., Cullen, F. & Turner, M. (2000). *The Sexual Victimization of College Women*. Washington, DC: U.S. Department of Justice.

Fremouw, W., Westrup, D., & Pennypacker, J. (1997). Stalking on campus: The prevalence and strategies for coping with stalking. *Journal of Forensic Science, 42, 4*, 666-669.

Gibbs, J., Ellison, N. & Lai, C. (2011). First Comes Love, Then Comes Google: An Investigation of Uncertainty Reduction Strategies and Self-Disclosure in Online Dating. *Communication Research, 38, 1*, 70-100.

Grangeia, H. & Matos, M. (2008b). *Stalking: a construção social e científica do fenómeno*. Braga: Escola de Psicologia, Universidade do Minho.

Grangeia, H. & Matos, M. (2010). Stalking: Consensos e controvérsias. In C. Machado. *Novas formas de vitimação criminal* (pp.121-166). Braga: Psiquilibrios Edições.

Hall, D. (1998). The victims of stalking. In J. Meloy (Ed.). *The psychology of stalking: Clinical and Forensic Perspetives* (pp. 113-137). San Diego, CA: Academic Press.

Instituto Nacional de Estatística (2009). Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias: Indivíduos dos 10 aos 15 anos de 2005 a 2008. Consultado online: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=42406406&DESTAQUEStema=00&DESTAQUESmodo=2 em 15/10/2011.

Instituto Nacional de Estatística (2010). Indivíduos que utilizam computador e Internet em % do total de indivíduos: por grupo etário. Consultado online: http://www.pordata.pt/Portugal/Ambiente+de+Consulta em 15/10/2011.

Instituto Nacional de Estatística (2010). Indivíduos que utilizam computador e Internet em % do total de indivíduos: por sexo. Consultado online: http://www.pordata.pt/Portugal/Individuos+que+utilizam+computador+e+Internet+em+percentagem+do+total+de+individuos+por+sexo-1142 em 15/10/2011.

Instituto Nacional de Estatística (2010). Indivíduos que utilizam computador e Internet em % do total de indivíduos: por nível de escolaridade mais elevado completo. Consultado online: http://www.pordata.pt/Portugal/Individuos+que+utilizam+computador+e+Internet+em+percentagem+do+total+de+individuos+por+nivel+de+escolaridade+mais+elevado+completo-1141em 15/10/2011.

Instituto Nacional de Estatística (2010). Indivíduos que utilizam computador e Internet em % do total de indivíduos: por condição perante o trabalho. Consultado online: http://www.pordata.pt/Portugal/Individuos+que+utilizam+computador+e+Internet+em+percentagem+do+total+de+individuos+por+condicao+perante+o+trabalho-1140 em 15/10/2011.

Kamphuis, J. & Emmelkamp, P. (2000). Stalking – a contemporary challenge for forensic and clinical psychiatry. *The British Journal of Psychiatry, 176,* 206-209.

Kennedy, M. & Taylor, M. (2010). Online Harassment and Victimization of College Students. *Justice Policy Journal, 7, 1,* 1-21.

Kropp, P., Hart, S. & Lyon, D. (2002). Risk Assessment of Stalkers: Some Problems and Possible Solutions. *Criminal Justice and Behavior, 29,* 590-616.

Lee, R. (1998). 'Romantic and Electronic Stalking in a College Context'. *William and Mary Journal of Women and the Law, 4*, 373–466.

Longan, T., Shannon, L., Cole, J., & Walker, R. (2006). The impact of differencial patterns of physical violence and stalking on mental health and help-seeking among women with protective orders. *Violence Against Woman, 12,* 866-886.

McGrath, M. & Casey, E. (2002). Forensic Psychiatry and the Internet: Practical Perspetives on Sexual Predators and Obsessional Harassers in Cyberspace. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law Online, 30,* 81–94.

Meloy, R. (1998). The psychology of stalking. In J. Meloy (Ed.). *The psychology of stalking: Clinical and forensic perspetives* (pp. 2-24). San Diego, CA: Academy Press.

Meloy, R. (2007). *Stalking:* the state of the science. *Criminal Behaviour and Mental Health, 17*, 1-7.

Melton, H. (2000). Stalking: A review of the literature and direction for the future. *Criminal Justice Review, 25*, 246-262.

Miller, N. (2002). *Stalking laws and implementation practices: A national review for policymakers and practitioners*. Washington, DC: U.S. Department of Justice.

Mullen, P., Pathé, M., Purcell, R., & Stuart, G. (1999). Study of stalkers. *American Journal of Psychiatry, 156, 8*, 1244−1249.

Mullen, P., Pathé, M. & Purcell, R. (2000). *Stalkers and their Victims*. Cambridge: Cambridge University Press.

Mullen, P., Pathé, M. & Purcell, R. (2001). *Stalking*: new constructions of human behavior. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry¸ 35*, 9-16.

Mustaine, E. & Tewksbury, R. (1999). A Routine Activity Theory Explanation for Women´s Stalking Victimizations. *Violence Against Women, 5*, 43-62.

Nicastro, A., Cousins, A. & Spitzberg, B. (2000). The tactical face of *stalking*. *Journal of Criminal Justice*, *28*, 69-82.

Pathé, M. & Mullen, P. (1997).The Impact of Stalkers on Their Victims. *British Journal of Psychiatry, 170*, 12-17.

Pathé, M., Mullen, P., & Purcell, R. (2001). Management of victims of stalking. *Advances in Psychiatric Treatment*, *7*, 399-406.

Phillips, M. & Spitzberg, B. (2010). Speculating about Spying on MySpace and Beyond: Social Network Surveillance and Obsessive Relational Intrusion. In K. Wright & L. Webb (Eds.). *Computer-mediated communication in personal relationships*, NY: Peter Lang.

Phillips, M. & Spitzberg, B. (2011). *You're Invading MySpace!: Predicting the Use of Social Networking Sites for Surveillance in Romantic Relationships*. Trabalho apresentado na Western States Communication Association.

Purcell, R., Flower, T. & Mullen, P. (2009). *Adolescent stalking: offence characteristics and effectiveness of intervention orders.* Austrália: Australian Institute of Criminology.

Purcell, R., Pathé, M., & Mullen, P. (2002). The prevalence and nature of stalking in the Australian community. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry, 36,* 114-120.

Purcell, R., Pathé, M., & Mullen, P. (2004). When do repeated intrusions become stalking? *Journal of Forensic Psychiatry & Psychology, 15*, 571-583.

Reyns, B. (2010). *Being Pursued Online: Extent and Nature of Cyberstalking Victimization from a Lifestyle/Routine Activities Perspetive* (Tese de doutoramento não publicada). University of Cincinnati, USA.

Sheridan, L., Blaauw, E. & Davies, G. (2003). *Stalking:* Knowns and Unknowns. *Trauma, Violence & Abuse, 4*, 148-162.

Sheridan, L., Gillett, R., Davies, G., Blaauw, E. & Patel, D. (2003). "There's no smoke without fire": Are male ex-partners perceived as more "entitled" to stalk than acquaintance or stranger stalkers? *British Journal of Psychology, 94*, 87-98.

Spitzberg, B. (2002). The tactical topography of *stalking* victimization and management. *Trauma, Violence, & Abuse*, *3, 4*, 261-288.

Spitzberg, B. (2006). Preliminary Development of a Model and Measure of Computer-Mediated Communication (CMC) Competence. *Journal of Computer-Mediated Communication, 11*, 629-666.

Spitzberg, B. & Cupach, W. (2003). What mad pursuit? Obsessive relational intrusion and stalking related phenomena. *Aggression and Violent Behavior, 8*, 345-375.

Spitzberg, B. & Cupach, W. (2007). The state of art of stalking: Taking stock of the emerging literature. *Aggression and Violent Behavior, 12*, 64–86.

Spitzberg, B. & Cupach, W. (2007). *The dark side of interpersonal communication*. USA: Laurence Erlbaum Associates, Inc.

Spitzberg, B. & Cupach, W. (2007). Cyberstalking as (Mis)matching. In M. Whitty, A. Baker, J. Inman (Eds.), *Online Matchmaking* (pp.127-146). New York: Palgrave Macmillan.

Spitzberg, B. & Hoobler, G. (2002). Cyberstalking and the technologies of interpersonal terrorism. *New Media & Society, 4, 1*, 71-92.

Spitzberg, B. Nicastro, A. & Cousins, A. (1998). Exploring the interactional phenomenon of stalking and obsessive relational intrusion. *Communication Reports, 11*, 33-47.

The Pew Internet and American Life Project. (2010). Twitter update 2011. Consultado online: http://pewinternet.org/Reports/2010/Twitter-update2010.aspx em 05/01/2011.

The Pew Internet and American Life Project. (2011). Social networking sites and our lives. Consultado online: http://pewinternet.org/Reports/2011/Technology-and-social-networks.aspx em 20/06/2011.

The Pew Internet and American Life Project. (2011). 65% of online adults use social networking sites. Consultado online: http://pewinternet.org/Reports/2011/Social-Networking-Sites.aspx em 15/08/2011.

Tjaden, P. & Thoennes (1998). *Stalking in America: Findings from the National Violence Against Women Survey*. Washington, DC: National Institute of Justice and Centres for Disease Control and Prevention.

University of Modena, Reggio Emilia Modena Group on Stalking. (2007). *Protecting Women from The New Crime Of Stalking: A Comparison Of Legislative Approaches Within The European Union*, Daphne Project, 1-146.

US Attorney General (1999) 'Cyberstalking: A New Challenge for Law Enforcement and Industry'- Report from the Attorney General to the Vice President. Consultado online: http://www.justice.gov/criminal/cybercrime/cyberstalking.htm em 21/04/2011.

Williams, R. (2009). *Gender, bodies and cyberstalking: embodying theory, developing methodology* (Tese de mestrado não publicada). Victoria University of Wellington, USA.

Working to Halt Online Abuse – WHOA (2010). Cyberstalking Statistics. Consultado online: http://www.haltabuse.org/ em 10/05/2011.

Wykes, M. (2007). Constructing Crime: Culture, Stalking, Celebrity and Cyber. *Crime, Media and Culture, 3 (2),* 158-74.